

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA
UNIDADE DE JARDIM

MARILDA SIQUEIRA CARAMALACK

O PROCESSO DE USO E OCUPAÇÃO DO ASSENTAMENTO
GUARDINHA – JARDIM/MS

JARDIM/MS
2013

MARILDA SIQUEIRA CARAMALACK

**O PROCESSO DE USO E OCUPAÇÃO DO ASSENTAMENTO
GUARDINHA – JARDIM /MS**

Projeto de pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso TCC, apresentado à Coordenação do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, como requisito para a obtenção do grau de Licenciatura em Geografia, sob a orientação do Prof.^a Dr.^a Eva Faustino da Fonseca de Moura Barbosa.

JARDIM/MS
2013

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação
UEMS – Jardim

CARAMALACK, Marilda Siqueira

O Processo do Uso e Ocupação do
Assentamento Guardinha Jardim/ MS
/Marilda Siqueira Caramalack – Jardim [s.n],
2013.

62 f
TCC (Graduação) –
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Eva Faustino
da Fonseca de Moura Barbosa

Assentamento. Agricultores. Paisagem. Solo.
Cultivo.

É concedida à UEMS permissão para reproduzir copia (s) deste trabalho de
Conclusão de Curso, somente para fins acadêmicos e científicos.

Marilda Siqueira Caramalack

DEDICATÓRIA

A minha filha Karla Caramalack, e aos sobrinhos: Mikhaelly S. Caramalack, Vasili Caramalack Neto, Victória Caramalack, Gabrieli Silva Caramalack, Marceley Caramalack, Flavio Siqueira de Pinho e Aline Nascimento Caramalack, por tudo que eles representam para mim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus em primeiro lugar por ter me dado força e saúde para vencer mais esta etapa, a minha família pelo apoio que recebi para poder concluir a minha faculdade, sem o apoio deles seria impossível vencer.

Em especial quero agradecer minha irmã Marly por ter lutado junto comigo durante esses quatro anos, sempre me dando força para não desistir e sempre me auxiliando na realização dos meus trabalhos ao longo desses quatro anos.

Aos meus colegas de turma por terem sido parte essencial dessa caminhada, em especial aos meus amigos e companheiros; Lidiane, Laura, Cleiton, Eva, Cristiana, Nádia e Renato que sempre estiveram junto comigo em todos os momentos não só como colegas de turma, mas também fora da universidade, aos meus professores que sempre se dedicaram a transmitir com muita sabedoria conhecimentos que hoje abriram em minha vida novos horizontes. Agradeço em especial minha orientadora Prof.^a Dr.^a Eva Faustino da Fonseca de Moura Barbosa, parte importante desse trabalho, pois sem sua orientação seria difícil escrever esse TCC e pela paciência que teve comigo.

Aos moradores do Assentamento Gardinha, que prontamente responderam ao questionário, em especial ao senhor Valmir e sua esposa, dona Zenir que, gentilmente, cederam muito do seu tempo a nos conceder entrevistas e prestar informações valiosíssimas à elaboração deste trabalho.

Também ao senhor Hélio, funcionário do INCRA, que muito colaborou com informações e cedência de documentos.

Ao diretor da Escola Municipal Chaquib Kadri, Erasmo Benites e à coordenadora pedagógica, Ondina Fernandes pela compreensão e apoio que me dedicaram durante esses quatro anos.

Ao meu amigo Ítalo Francisco Stefanini pelo muito que me ajudou.

RESUMO

Ao definir o objeto de pesquisa, buscou-se propor um estudo minucioso do Assentamento Guardinha, considerando seu aspecto social, natural e econômico. Tendo em vista que ali moram famílias de pequenos agricultores que praticam atividades agrícolas diversificadas, e a atividade leiteira, sendo esta atividade uma das bases da economia da região e sabendo que essas atividades se não bem planejadas e cultivadas de forma correta, traz sério risco ao meio ambiente. Assim, entendemos ser de interesse econômico e social o uso e a ocupação desse solo, através da análise sobre o histórico desses assentamentos. Além de identificar as atividades ali desenvolvidas, esta pesquisa tratará, também, da análise da fertilidade do solo, seu manejo correto, evitando dessa forma futura degradação ambiental nesse solo, visto que, esse fator futuramente acarretará sérios problemas tanto ambientais como econômico e social. Nessa perspectiva, faz-se necessário identificar e analisar a formação geográfica desse assentamento, buscando contribuir para uma melhoria para as pessoas que ali trabalham e para economia da nossa cidade, identificando qual a melhor forma de ocupação e uso dessa região.

PALAVRAS-CHAVE: Assentamento. Agricultores. Paisagem. Solo. Cultivo.

ABSTRACT

When defining the object of research, we sought to propose a study on the “Assentamento Guardinha”, considering its social aspect, natural and economic. Having seen men who live there families of small farmers practicing diversified agricultural activities, and dairy activities, which is a cornerstone of the region’s economy and knowing that these activities are not well planned and cultivated property, bring serious risks to the environment. In this perspective, it is necessary to identify and analyze the geographical formation of this settlement, seeking to contribute to an improvement for the people who work there and for the economy of our cities, identifying how best to use and occupation of the region.

Keywords: Sttlement. Farmers. Landscape. Solo. Cultivation.

LISTA DE MAPAS

| | |
|--|----|
| Mapa 1: Inserção Regional do Município de Jardim/MS | 24 |
| Mapa 2: Divisão Setorial do Município de Jardim/Mato Grosso do Sul | 25 |
| Mapa 3: Relevo do Município de Jardim /Mato Grosso do Sul | 28 |

LISTA DE FOTOS

| | |
|--|----|
| Foto 1: Latossolos | 26 |
| Foto 2: Gleissolos | 26 |
| Foto 3: Resfriador de Leite com Capacidade de 1.000 litros | 34 |
| Foto 4: Gado Branco (nelore) de Corte ao Fundo | 35 |
| Foto 5: Núcleo Rural do Assentamento Guardinha | 43 |
| Foto 6: Placa da Inauguração do Consultório Médico do Assentamento | 43 |
| Foto 7: Pátio junto à Unidade de Saúde: | 44 |
| Foto 8: Plantação de Melancia | 45 |
| Foto 9: Animais Criados para Consumo nas Propriedades | 45 |
| Foto 10: Plantação de Eucalipto | 46 |
| Foto 11: Margens do Rio Guardinha | 50 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| Gráfico 1: Divisão Percentual da População Entrevistada Residente por Sexo. | 40 |
| Gráfico 2: Divisão por Idade dos Entrevistados | 41 |
| Gráfico 3: Escolaridade Declarada dos Entrevistados | 41 |
| Gráfico 4: Renda Média Declarada dos Entrevistados | 42 |
| Gráfico 5: Percentual de Nascimento e Morte de Gado | 47 |

LISTA DE SIGLAS

APP – Área de Preservação Permanente

CER-3 – Companhia de Estrada e Rodagem

COOPSAF - Cooperativa de Produção a Serviço da Agricultura Familiar

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Colonização e Reforma Agrária

INMET – Instituto de Metrologia

FETAGRI – Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

PDA – Plano de Desenvolvimento de Assentamentos

PRONAF – Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar

SEMACE – Secretaria Estadual do Meio Ambiente

SENAI – Serviço Nacional da Indústria

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO | 13 |
| CAPÍTULO I — A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL | 15 |
| 1.1. A Concentração de Terras e a Reforma Agrária | 16 |
| 1.2. O Uso da Terra e a Terra como Propriedade | 18 |
| 1.3. A Agricultura e o Meio Ambiente | 20 |
| CAPÍTULO II — CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JARDIM | 23 |
| 2.1. Caracterização do Meio Físico do Município de Jardim/MS | 26 |
| CAPÍTULO III — FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO GUARDINHA | 31 |
| CAPÍTULO IV METODOLOGIA E ANÁLISE DA PESQUISA | 38 |
| 4.1. Análise da Pesquisa | 39 |
| 4.1.1. Tipificação do Grupamento Humano do Assentamento Guardinha | 40 |
| 4.1.2. Infraestrutura e Saúde no Assentamento Guardinha | 42 |
| 4.1.3. Os Reflexos Socioeconômicos das Atividades Desenvolvidas no Assentamento Guardinha | 44 |
| 4.1.4. O Uso do Solo e Seu Impacto Ambiental | 48 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 51 |
| 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 54 |
| 7. APÊNDICES | 56 |
| 8. ANEXOS | 59 |

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa trata da análise do Assentamento Guardinha, que fornece dados referentes ao uso e ocupação desse local. Para realizar tal estudo foi necessário fazer um breve recorte histórico da região onde o assentamento está inserido, com levantamentos bibliográficos, para apurar informações referentes à economia da região e o tipo de solo. A partir desse levantamento, buscou-se evidenciar quais atividades eram desenvolvidas antes da constituição do assentamento e o que se produz hoje, e as consequências que tais atividades refletem na degradação do solo.

Existem três assentamentos na região de Jardim, de acordo com o Plano Diretor Participativo de Jardim (2011), o Guardinha, objeto dessa pesquisa, o Recanto do Rio Miranda e o Quero-Quero.

O reflexo do resultado de um projeto governamental que visa “acabar” com a desigualdade social, incluindo o trabalhador sem terra em um pequeno lote de terra, esperando dessa forma uma condição de vida mais justa ao trabalhador rural sem terra. Nas palavras de Oliveira isso se dá pela reforma agrária, que consiste na redistribuição de terras.

Oliveira (2007, p. 68) diz que:

A reforma agrária constitui-se, portanto, em um conjunto de ações governamentais realizadas pelos países capitalistas visando modificar a estrutura fundiária de uma região ou de um país todo. Ela é feita através de mudanças na distribuição da propriedade e ou posse da terra e da renda com vista a assegurar melhorias nos ganhos sociais, políticos, culturais, técnicos, econômicos (crescimento da produção agrícola) e de reordenação do território. Este conjunto de atos de governo deriva de ações coordenadas, resultantes de um programa mais ou menos elaborado e que geralmente, exprime um conjunto de decisões governamentais ou a doutrina de um texto legal.

Todavia, o foco principal desta pesquisa não está em discutir a relevância do governo para esses pequenos agricultores, mas em discutir de que forma o uso e a ocupação do solo desse local transformou, positiva ou negativamente, a vida dessas pessoas.

Sabendo que o grande problema da produção, tanto das grandes como das pequenas propriedades pode estar relacionado ao tipo de solo, e que um solo não adequado a certos tipos de cultura agrícola também é passível de correção. Entretanto, essa correção, como já foi

mencionada, muitas vezes requer recursos financeiros que, geralmente o pequeno produtor não dispõe.

Este trabalho foi dividido em três capítulos, assim distribuído: o capítulo um trata da análise bibliográfica da questão agrária no Brasil, e discute, de forma sintética, como essa questão tem sido encarada no decorrer da história brasileira e quais seus desdobramentos.

O capítulo dois trata do recorte espaço-temporal do objeto do estudo e levanta dados sobre o histórico do município de Jardim/MS, bem como a caracterização do seu meio físico.

O capítulo três fala sobre o Assentamento Gardinha, como ocorreu o processo de formação do Assentamento e quais as infraestruturas existentes.

O capítulo apresenta a metodologia e análise da pesquisa feita no Assentamento. Os dados foram coletados através de questionário aplicado ao um Universo de Amostragem, composto por dez assentados. Também são analisadas as informações obtidas durante as entrevistas e os dados obtidos *in loco*, que possibilitaram confrontar as informações coletadas, confirmando-as ou refutando-as.

CAPÍTULO I A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

Para iniciar a discussão sobre Reforma Agrária no Brasil, deve-se, antes, pensar no processo histórico da estrutura fundiária brasileira, que corresponde, desde seus primórdios, à concentração de grandes porções de terras nas mãos de poucos a um grande número de pessoas desassociadas de terras. Essa diferença na distribuição de terras fez com que a marginalidade, o desemprego e a má distribuição de renda se tornassem um desafio a ser superado pelo governo brasileiro e a sociedade brasileira. (GRAZIANO, 1990)

Deve-se atentar, ainda, para o fato de o Brasil ter sido colônia de Portugal no início de sua colonização, primeiramente, que fornecia à colônia matérias-primas como madeira e metais, ao mesmo tempo em que explorava o Território da colônia. Antes da chegada dos portugueses o Brasil era habitado por diversos povos indígenas, como relata a História. Esses povos foram derrotados pelos portugueses, que foram ganhando espaço para colonizar e explorar a terra e todos os seus recursos naturais. Não tardou para que os portugueses começassem a exploração agrícola, fato esse que fez com que fossem trazidos da África os negros para que trabalhassem a terra de forma escrava, pois isso significava mão de obra barata e necessária para atender à demanda da implantação de uma economia voltada para o mercado externo. (MOREIRA, 1990)

Fato que marcou a história agrária no Brasil e os conflitos agrários que ainda hoje assolam a população rural brasileira está diretamente ligado à forma como foram distribuídas as terras já nesse período. A coroa portuguesa, no intuito de garantir a posse da terra recém-conquistada, criou o regime de Sesmarias, que garantia o direito de posse e exploração das terras consideradas reais a quem detivesse o título emitido de acordo com um processo bem seletivo, e contemplava apenas homens de posse e sangue limpo, ou seja, homens brancos. Sendo assim, ficaram de fora dessa distribuição de terras os negros, mestiços, bastardos e escravos. Dessa forma, começa o monopólio de terra, uma vez que o regime de sesmarias garantia a posse de território à coroa portuguesa. Os considerados não merecedores de terras, conforme estabelecido pela coroa portuguesa e que não eram escravos começaram a formar pequenas colônias no interior do Brasil nas terras que até então não interessavam aos colonizadores. (MOREIRA, 1990)

Dessa forma, ao se trazer para debate a formação territorial agrária, deve-se atentar para o fato de o Brasil ser um país baseado na acumulação capitalista concentradora de renda. Essa concentração de riquezas trouxe e traz até os dias de hoje sérios problemas para a população rural, principalmente a exclusão/expulsão de muitos pequenos agricultores de suas terras. Sobre isso, Neto e Batista (2009, p.129), afirmam que:

A acumulação capitalista no Brasil, concentradora de renda, capital e terra, provoca a expropriação crescente de uma massa de trabalhadores, os quais procuram, por intermédio de movimentos sociais, reivindicarem condições dignas trabalho e sobrevivência.

Essa acumulação concentradora capitalista provoca o aumento de conflitos sociais, consolidando assim o modo de organização e ocupação territorial nos campos brasileiros. Outro fato marcante na organização territorial brasileiro, a exclusão do trabalhador rural do campo e a luta pela posse de terra foi o desenvolvimento capitalista no campo gerando sérios conflitos agrários que repercutem até os dias de hoje. Sobre esse desenvolvimento capitalista no campo, Neto e Batista (2009, p.130) afirmam que:

Este desenvolvimento provoca o aumento das lutas sociais contra o atual desenvolvimento econômico e dos conflitos pela posse e uso da terra, provocando transformações na forma de produzir e de organizar o território brasileiro.

Nesse sentido, cabe à Geografia enquanto ciência humana a contribuição para o estudo e à compreensão dessas relações conflitantes e desiguais de uma sociedade capitalista contraditória.

Assim, compreende-se que a grande concentração fundiária e a exclusão maciça de trabalhadores rurais do direito à posse de terras fizeram que a sociedade excluída se organizasse para lutar pela reforma agrária brasileira em diversas regiões do Brasil. (GRAZIANO, 1990)

Para Neto e Batista (2009, p. 147), “[...] a partir dessa concentração fundiária, que levou à exclusão de uma massa de camponeses que, organizados a partir do final da década de 70, procuram reverter à posse e o uso da terra no Brasil e em Mato Grosso do Sul”.

Essa organização fez com que o governo brasileiro começasse a (re)distribuir e (re)organizar a sua política fundiária, desapropriando terras improdutivas, formando, dessa maneira pequenos assentamentos de trabalhadores rurais sem terras.

1.1. A Concentração de Terras e a Reforma Agrária

De acordo com Oliveira (2007), no século XX, a reforma agrária aparece com força nos países em desenvolvimento devido a grande concentração de terras nas mãos de poucos e grande massa de trabalhadores rurais sem terra, dessa maneira a reforma agrária se constituiu em um instrumento de governo para “frear os movimentos revolucionários cujo objetivo era a revolução socialista”, incluindo assim, projetos de reforma agrária em seus planos de

desenvolvimento econômico a fim de se anteciparem as revoluções. Nesse sentido, Oliveira (2007, p. 67) afirma que: “A Reforma Agrária aparece na História, em geral, relacionada simultaneamente, às lutas, revoltas, ou mesmo revoluções camponesas, e as ações de governos visando modificar a estrutura agrária de regiões ou países”.

Dessa forma, podemos considerar a reforma agrária como um conjunto de ações governamentais nos países capitalistas que tem por objetivo modificar a estrutura fundiária em determinadas regiões ou países de acordo com Oliveira (2007).

A reforma agrária é entendida, nas palavras de Oliveira (2007, p. 68), como:

[...] mudanças na distribuição da propriedade e ou posse da terra e da renda com vista a assegurar melhorias nos ganhos sociais, políticos, culturais, técnicos, econômicos (crescimento da produção agrícola) e de reordenação do território.

Sendo resultado de ações do governo mais ou menos elaborada pelo qual os governos exprimem suas decisões governamentais, ainda de acordo com Oliveira (2007).

A ideia de reforma agrária implica na renovação da estrutura fundiária vigente, tendo como objetivo nas sociedades capitalistas a mudança na propriedade privada de terras, sendo suas leis constituídas por instrumentos opostos à estrutura agrária existente.

Para Oliveira (2007), são necessárias duas políticas fundamentais para fazer reforma agrária, sendo elas a política fundiária e a política agrícola. A política fundiária de acordo com Oliveira (2007) se refere a um conjunto de ações que as diferentes sociedades definiram como sendo aceitável ou justa para o processo de apropriação privada de terra, sendo que em alguns países um dos processos a serem seguidos para a apropriação de terras foi o de adotar limites máximos ou mínimos para o tamanho da porção de terras em propriedade privada, enquanto outros como o Brasil, por exemplo, não adotou nem um limite de extensão territorial das propriedades.

Outro ponto que merece destaque é que nessa política também está incluído o conjunto de legislação que estipula os tributos incidentes sobre a propriedade privada de terras. Nessa esteira, Oliveira (2007, p. 71) afirma que:

Na política fundiária, está incluído também, o conjunto de legislações que estipulam os tributos incidentes sobre a propriedade privada da terra; as legislações especiais que regulam seus usos e jurisdições de exercício de poder; e programas de financiamentos para a aquisição da terra.

Para o autor, a política agrícola refere-se ao conjunto de ações do governo, tendo por objetivo a implantação da assistência técnica, de fomento ao estímulo de produção, comercialização, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários nos assentamentos de reforma agrária.

1.2. O Uso da Terra e a Terra como Propriedade

Como se viu anteriormente, a ocupação territorial do campo brasileiro se deu de forma desigual e nesse processo a grande maioria da população foi destituída do direito ao acesso a terra.

Desde o início da colonização, as terras brasileiras foram ocupadas por grandes latifúndios que tinham como atividade econômica rentável a ocupação do solo voltada à agricultura para exportação. Essa atividade era realizada com a exploração da mão de obra escrava, e a produção era voltada para a exportação. Sobre esse tema, Graziano (1990, p. 23) afirma o seguinte: "O latifúndio escravista produzia para exportar [...] o produto mudava de acordo com os interesses da metrópole [...]".

Todavia, é certo que também havia, desde então, os pequenos grupos de trabalhadores que não eram escravos e que também ocupavam o solo para o cultivo da agricultura, mas porque dispunham de porções pequenas de terra e poucos meios para produzir, sua produção era voltada à subsistência e ao pequeno comércio local, surgindo, assim, as pequenas propriedades rurais, como demonstra Graziano (1990, p. 23):

[...] outros ainda eram agricultores: ocupavam certos de terra, onde produziam sua subsistência e vendiam parte da produção nas feiras das cidades. Aí está a origem da pequena produção no Brasil e sua estreita ligação com a produção de alimentos.

No Brasil, a distribuição de terras sempre foi desigual e desde o começo de sua ocupação sua maior fonte rentável foi o cultivo da agricultura e a exploração da mão de obra, tardando, sobremaneira, o desenvolvimento econômico brasileiro. (GRAZIANO, 1990)

Baseando-se no que afirma Lacerda Filho *et al* (2006, p. 11), o processo de ocupação e desenvolvimento econômico em Mato Grosso do Sul não foi diferente do restante do país, visto que a maior parte de sua economia foi e ainda é baseada no campo, com a manutenção das atividades agropecuárias, caracterizada, sobretudo, pela existência de grandes latifúndios

e exclusão de grande parte dos trabalhadores rurais do campo, o que provoca, por sua vez, a enorme desigualdade social, desemprego e, conseqüentemente, sérios conflitos agrários no Estado.

Como afirmam Neto e Batista (2009, p.130):

Esta situação se fez presente em Mato Grosso do Sul, cuja economia é baseada na agropecuária, com forte penetração da agroindústria, uma vez que a concentração fundiária, com a presença da grande propriedade rural destinada à pecuária de corte, é a característica principal para entender a origem dos conflitos agrários pela posse e uso da terra no estado, cuja estruturação fundiária estabelece diferenças sociais.

Os mesmos autores relatam que:

O processo de ocupação e posse da terra em Mato Grosso do Sul acompanhou a expansão das atividades econômicas, tais como, a mineração e as fazendas de gado e, também, posteriormente, a ocupação das fronteiras agrícolas em áreas de matas e, recentemente, em áreas de Cerrado [...].

Sob essa ótica, vê-se que a ocupação das terras de Mato Grosso do Sul está diretamente ligada à exploração agropecuária, sendo assim, podemos, então, afirmar que se relaciona, também, à exploração do solo e seus recursos naturais, devastando ou alterando sua paisagem natural para dar lugar a imensas lavouras e/ou pastagens para criação de gado de corte, transformando a paisagem natural em paisagem socializada, como sustentam Neto e Batista (2009, p.50):

[...] É no processo contínuo da realização do trabalho que o ser social, homem, transforma os elementos da natureza nos bens materiais que satisfaçam as suas necessidades, ou seja, ele transforma o que era natureza natural em natureza socializada [...]

A partir da concepção de que o homem transforma a natureza em seu benefício, e de que dela depende sua existência e, levando em consideração que a maior fonte de renda do Brasil ainda é a agropecuária e a agroindústria e a grande demanda na produção para a exportação, deve-se pensar que, com a necessidade do aumento de produção, entra em cena a industrialização no campo, transformando o solo em uma máquina de fabricação utilizando-se das técnicas modernas e uma gama imensa de insumos, como fertilizantes, corretivos e agrotóxicos os mais diversos.

É bom lembrar que toda essa tecnologia e industrialização rural são privilégios das grandes propriedades rurais, embora não se deva afirmar, de forma definitiva, que nas pequenas

propriedades não existam transformações na natureza com o desenvolvimento da cultura humana. Está claro que as transformações existem onde quer que haja atividade humana. A natureza é transformada e, no meio rural, com as atividades desenvolvidas, sejam elas de grande, médio ou pequeno porte todas necessitam de algum tipo de fertilizante ou outras técnicas; a diferença está no que e no quanto se produz, no modo capitalista de produção. O bom senso e a capacidade de análise empírica dos fatos e da realidade permitem tecer com convicção tais afirmações.

1.3. A Agricultura e o Meio Ambiente

É sabida a importância do cultivo do solo para a sobrevivência humana, e cabe, a partir dessa constatação, analisar de que forma esse cultivo altera a paisagem natural e influencia a sociedade em que ela se desenvolve. O homem vem explorando o solo de forma muitas vezes desordenada para atender à grande demanda de exportação dos produtos agrícolas cultivados no Brasil. Cabe salientar que se está falando do modo de ocupação e a produção nas áreas rurais brasileiras, e sabendo que o Brasil é um país cuja economia está voltada para a agroindústria é importante saber que, embora indiscutíveis os benefícios trazidos pela industrialização no campo com o aumento da produtividade, existem fatores que devem ser analisados, como o manejo e preparo do solo para se desenvolver esse tipo de atividades, a expulsão do homem do campo e a exploração da mão-de-obra.

O manejo incorreto do solo pode trazer sérios problemas para o futuro não só no meio ambiente como também para toda sociedade. No ato de cultivar a terra, seja para o plantio de lavouras ou de pastagem, deve-se levar em conta como isso está sendo feito, quais as técnicas aplicadas nesse processo, pois a falta de um preparo adequado do solo pode trazer degradação ambiental, erosão e empobrecimento do solo.

Sobre isso, Lepsch (2002, p. 149) diz: “Existem inúmeros exemplos de regiões outrora ricas e produtivas onde a intensificação da agricultura ocasionou a erosão acelerada do solo”.

Entretanto, segundo relata Lopes *et al* (1991, p. 53), no Brasil ainda são poucos os produtores rurais que estão inseridos nas práticas conservacionistas do solo, o que leva a acreditar que se não observadas e aplicadas técnicas de conservação do meio ambiente, pode-se esperar sérios problemas no futuro no que diz respeito ao uso do solo, pois a prática de

técnicas inadequadas de cultivo pode causar, não só a erosão, como também o empobrecimento do solo.

Nessa mesma linha Lepsch (2002, p.149) sustenta que:

Em muitos casos, até parece que o homem se empenha em acelerar o empobrecimento das terras: as matas são derrubadas e queimadas desordenadamente, as encostas íngremes são aradas na direção maior declividade, os pastos são superlotados com rebanhos, e as terras cultivadas são submetidas à monocultura, ano após anos, sem proteção contra o arraste pelas enxurradas ou restituição da fertilidade natural com adubos.

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que o homem está usando o solo de maneira incorreta, muitas vezes não se preocupando com sua degradação ou sua conservação. É certo que o homem cultiva o solo para garantir a sua sobrevivência e entendemos que pode e deve fazê-lo, porém, é preciso observar a forma como o utiliza, para que esse bem não reproduzível, a terra, possa suprir a grande demanda de seu cultivo, seja na ocupação do solo para a prática agrícola ou pecuária, mas, da mesma forma, garantir que as futuras gerações possam usufruir também desse bem.

Portanto, deve-se, acima de tudo, buscar a sobrevivência do homem na terra, uma vez que dela retira seu sustento. Sob essa perspectiva, Graziano (1990, p, 20) afirma que: “[...] o meio de produção fundamental na agricultura- a terra- não é suscetível de ser multiplicado (reproduzido) ao livre arbítrio do homem [...]”.

Por outro lado, agricultores e pecuaristas contam com diversas técnicas que podem ajudar a manter o equilíbrio entre a produção e a conservação do solo. Nesse sentido, Lepsch (2002, p.160), diz: “Existem muitos meios de conservar o solo, [...], podem ser classificados em três grupos representados por práticas de caráter edáfico, mecânico e vegetativo”.

Essas técnicas, se observadas por quem trabalha a terra, evitam uma série de problemas, tais como a erosão, escoamento da água entre outros problemas relacionados à conservação do solo. Sobre isso, Lepsch (2002, p. 160) afirma que “as práticas conservacionistas evitam, entre outras vantagens, o impacto da chuva ou o escoamento das enxurradas”.

Sob essa ótica, pode-se afirmar que é possível trabalhar a terra sem, entretanto, causar maiores impactos além dos inevitáveis ao solo e à natureza, se observadas técnicas de conservação e uso do solo.

No Município de Jardim/MS, constata-se a predominância do uso do solo para o desenvolvimento da pecuária extensiva e em menor proporção, a agricultura rotativa, em

propriedades rurais definidas por critérios estabelecidos pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA, 2011), como grandes, médias e pequenas propriedades, e os assentamentos rurais inseridos na região, que embora sejam propriedades de pequeno porte, contribuem para o desenvolvimento econômico da região, visto que são essas pequenas propriedades que produzem para pequeno comércio e subsistência familiar, o que implica em muitos casos abastecimento regional com sua produção, deixando as grandes propriedades responsáveis em produzir em grande escala para exportação.

Sobre essa lógica Graziano (1990, p. 68) diz que “a complexidade das relações de produção na agricultura brasileira é enorme. Ela advém de um lado da multiplicidade de formas sob as quais se organiza o trabalho no campo, sob o comando do capital”.

De maneira geral, os solos da região apresentam bom potencial produtivo e o clima, por sua vez, favorece o desenvolvimento de algumas atividades, como a da lavoura de soja e milho, mas o que se verifica, na prática, é a presença dominante de pastagem plantada, destinada à criação de gado, sobretudo nas regiões de relevo suave-ondulado. No relevo mais acidentado, que corresponde à faixa inserida na Serra da Bodoquena, observa-se a existência de grande parte da vegetação nativa ainda conservada, o mesmo acontecendo na parte mais baixa, porém, nesse caso, devido aos constantes alagamentos ocorridos nesse tipo de terreno. (Plano Diretor Participativo de Jardim, 2011).

No Assentamento Guardinha observa-se a predominância de relevo suave-ondulado (3-8% de declive) e plano (0-3% de declive), o que confirma sua vocação para as práticas agropecuárias, como consta no Plano de Desenvolvimento de Assentamento (PDA), elaborado pelo INCRA (2011).

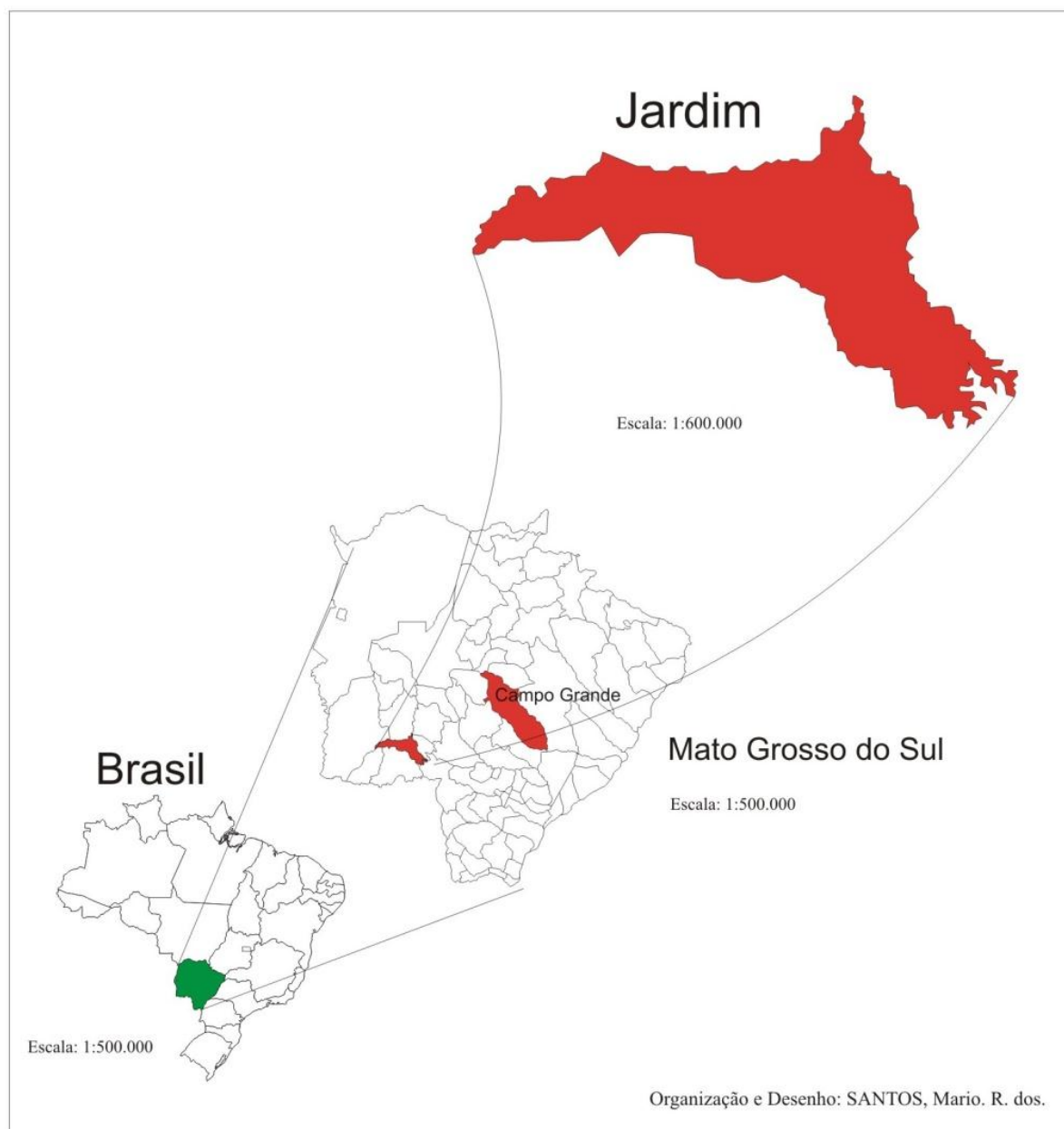
CAPÍTULO II CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JARDIM

Possuidor de uma riqueza histórica incontestável, haja vista ter sido palco de importantes episódios formadores do Território nacional, como prova a existência do Cemitério dos Heróis, marco simbólico da Retirada da Laguna, ocasionado pelo conflito conhecido como Guerra do Paraguai, tido como o maior conflito armado ocorrido na América do Sul, o município de Jardim tornou-se um marco na história sul-mato-grossense, como relatado no Plano Diretor Participativo de Jardim (2011).

Em 1934, foi trazida para o Município de Jardim a Comissão de Estradas de Rodagem nº 3 CER 3 para construção de uma rodovia que ligaria os municípios de Aquidauana a Porto Murtinho e Bela Vista. Devido a esse fato, o Major Alberto Rodrigues da Costa, 1º Comandante da CER-3 decide comprar uma parte da Fazenda Jardim no intuito de construir moradias para os trabalhadores da comissão. Assim, em 14 de Maio de 1946, foi fundada a Vila Jardim, mais tarde elevada à categoria de distrito e, posteriormente, constituída cidade em 11 de Dezembro de 1953 e comarca em 15 de Novembro de 1969.

Ainda de acordo com o Plano Diretor Participativo de Jardim (2011), a sede de Jardim cresceu bastante nas décadas seguintes, especialmente nos anos de 1978 e 1979, e durante toda a década de 1980, quando a maioria dos loteamentos foi criada, seguindo o padrão de urbanização da maior parte dos municípios brasileiros, com concentração inicial ao longo de um eixo de acesso que, nesse caso, são as rodovias BR 060 e a BR 267. Com o passar dos anos, a cidade cresceu rumo às periferias, assim as áreas mais antigas acabaram constituindo a parte central e também a mais rica, onde se concentra a melhor oferta de infraestrutura urbana.

O Município de Jardim/MS localiza-se na região Centro-Oeste do Brasil, inserido na microrregião Homogênea 341, conhecida como Bodoquena, que tem como característica geográfica mais expressiva a Serra da Bodoquena, mesorregião Sudoeste do Mato Grosso do Sul. O Município encontra-se distante da capital do Estado 238 quilômetros, de acordo com o Plano Diretor Participativo de Jardim (2011).



Mapa 1: Inserção Regional do Município de Jardim/Mato Grosso do Sul.

Fonte: ROSA (2010).

Sua área é de 2.207,6 km² e é composto pelas seguintes divisões setoriais: sede municipal, distrito do Boqueirão, dois assentamentos do INCRA – Gardinha e Recanto do Rio Miranda e um loteamento que não faz parte do INCRA, o Quero-Quero.

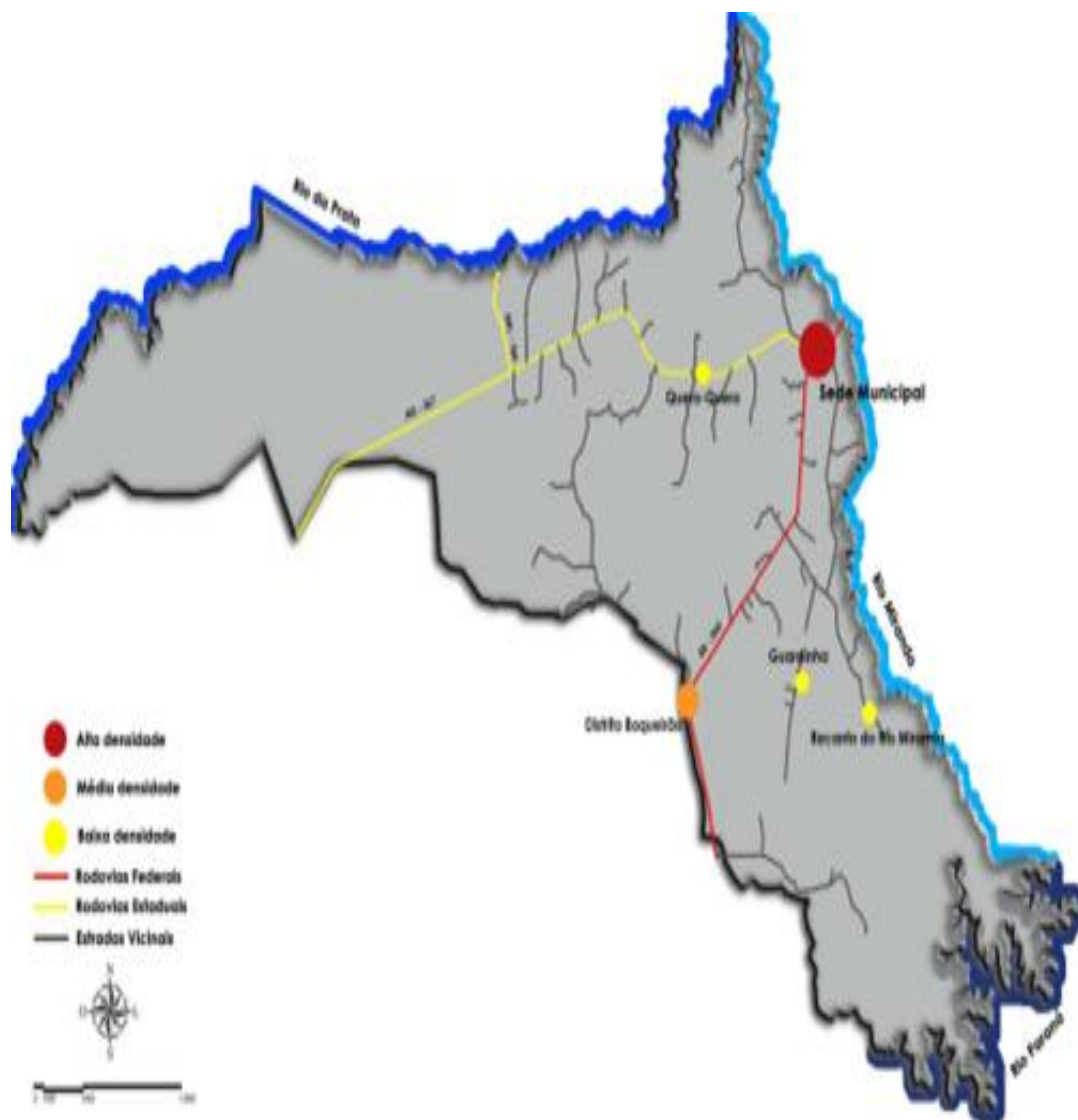
A população jardinense é composta por 24.363 habitantes, segundo dados IBGE (2011).

Atualmente, o Município de Jardim tem como principal via de acesso a BR 060, que liga a cidade a Campo Grande, e a MS 267, que liga Jardim a Porto Murtinho (SEMAC/MS–2011-2012).

Tanto a BR 060 como a BR 267 não são duplicadas, no entanto BR 060 apresenta boas condições de pavimentação e sinalização, mas possui trechos sem acostamento. A BR 267, por sua vez, apresenta condições de pavimentação bem inferiores à BR 060, de acordo com dados do INMET (2008).

Tendo como limite os municípios de Guia Lopes da Laguna e Bonito ao Norte, Ponta Porã e Bela Vista, ao Sul, Ponta Porã e Guia Lopes da Laguna a Leste, e Caracol, Bela Vista e Porto Murtinho a Oeste.

A economia do Município de Jardim baseia-se no comércio, de acordo com dados da SEMAC/MS (2011/2012). Além dessa atividade, existe pequena porcentagem de agricultura de pequeno porte e/ou subsistência e pecuária extensiva.



Mapa 2: Divisão Setorial do Município de Jardim/MS.

Fonte: Plano Diretor Participativo de Jardim (2011).

2.1. Caracterização do Meio Físico do Município de Jardim/MS

De acordo com o Caderno Geoambiental da Região Sudoeste (2010), são encontrados no Município de Jardim cinco tipos de solos, a saber: Latossolos, Neossolos, Argissolos, Luvisolos e Gleissolos, que podem ser classificados de acordo com suas características, origem, grau de fertilidade, conforme se vê no **Quadro 1**:

Quadro 1 - Os Tipos de Solo e suas Características

| Solo | Características |
|-------------------|--|
| Latossolos | Solos de origem mineral encontrados em regiões planas e pouco ondulados apresentam solos profundos e muito profundos, com boa drenagem e pouca permeabilidade e infiltração. Tanto os Latossolos como os Neossolos tem ocorrência predominante nas porções central e leste, ambos apresentam elevada fertilidade natural e textura argilosa. |
| Neossolos | Litólicos são solos jovens que apresentam características pouco desenvolvidas, sendo os Neossolos muito rasos e apresentando afloramentos rochosos. |
| Argissolos | Solos de origem mineral e podem ser encontrados em relevos suaves ondulados e ondulados, apresentam como principais características diferenciais a presença do horizonte B textural de argila de atividade baixa ou alta, conjugada com saturação por base baixa ou caráter alítico. |
| Luvisolos | Apresentam textura arenosa média e com baixa fertilidade natural, e é na porção oeste do Município que sua ocorrência é encontrada com mais predominância. |
| Gleissolos | São constituídos por mineral com horizonte Glei, encontrados em regiões de relevo plano em regiões de várzea, por efeito da flutuação do lençol freático em condições de regime de excesso de umidade. Ocorrem ainda no Município Chernossolos, Gleissolos, Latossolo Vermelho-Escuro e Plintossolo. |

Fonte: Plano Diretor Participativo de Jardim (2011).

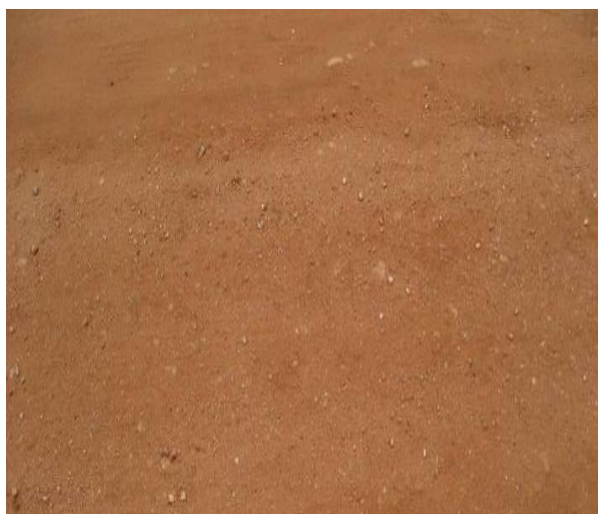


Foto1: Latossolos.



Foto 2: Gleissolo.

Fonte: Plano Diretor Participativo de Jardim (2011). Fonte: Plano Diretor Participativo de Jardim (2011).

Basicamente, encontram-se quatro desses solos no Assentamento Guardinha, classificados na seguinte ordem: Latossolo, Plintossolo, Areias Quartzosas Heteromórficas, de acordo com informações do PDA (Plano de Desenvolvimento de Assentamento) elaborado pelo INCRA (2001).

Em relação à vegetação, predomina na região onde se localiza o Município a pastagem plantada como cobertura e, em menor proporção, a vegetação natural de Cerrado com as características do Cerradão, que são as paisagens compostas por arbóreo denso e o campo, formado por gramíneo-lenhosos, floresta estacional, bem como encaves do cerrado com a floresta, de acordo com informações do PDA (Plano de Desenvolvimento de Assentamento) elaborado pelo INCRA (2001).

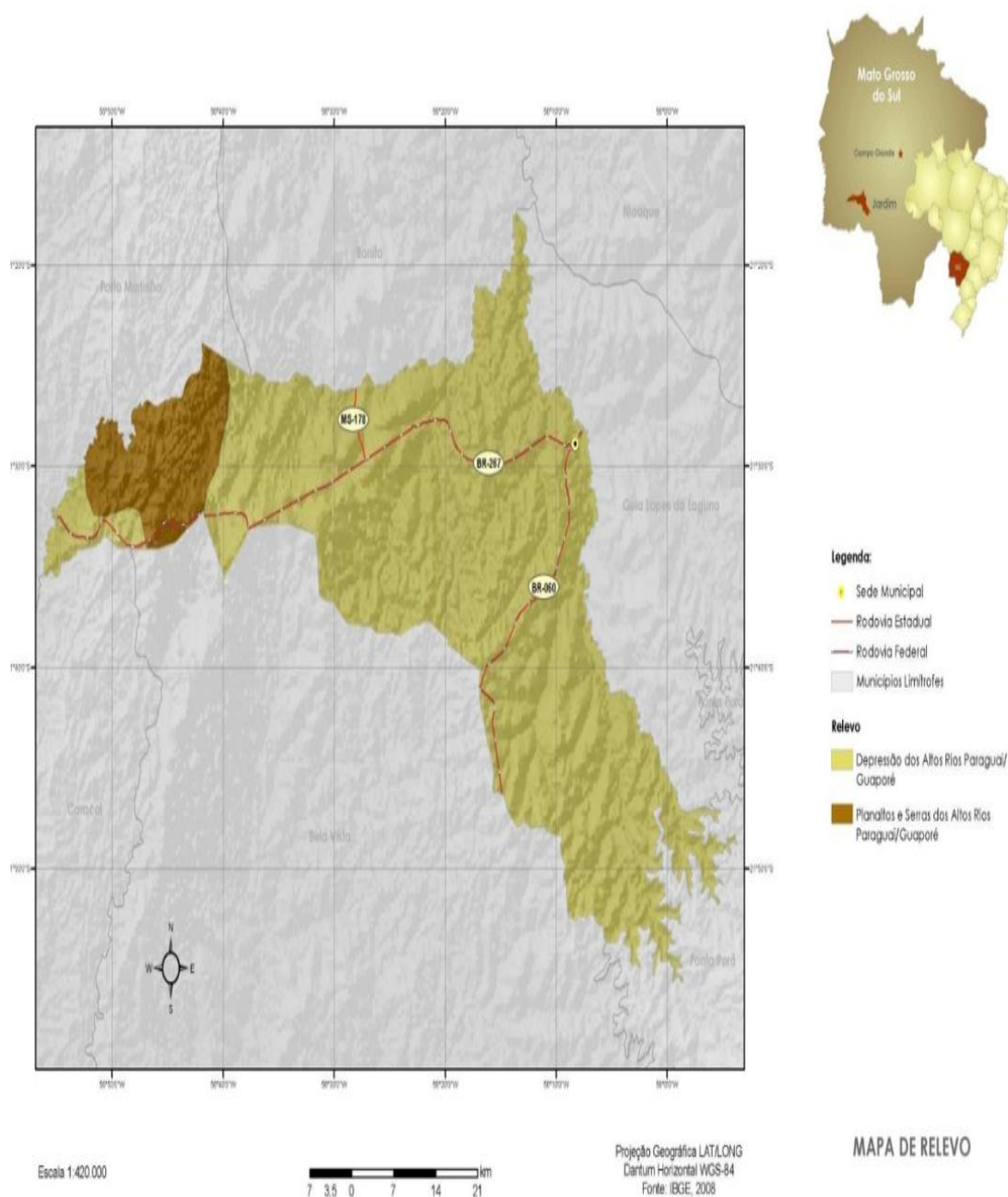
O Município de Jardim possui, atualmente, muito pouco de sua paisagem natural e nota-se que a formação de pastagens para a produção da pecuária e, em menor escala, a ocupação para o cultivo da agricultura sendo esta a paisagem que predomina na região.

Do mesmo modo, observa-se que a área ocupada pelo Assentamento Guardinha, que tem como características de sua vegetação natural vegetação dos tipos Savana Arbórea Aberta, Savana Arbórea Densa, Savana Parque e Savana Gramíneo-Lenhosa, hoje é marcada pela predominância da pastagem para a produção da pecuária de acordo com o Plano de Desenvolvimento de Assentamento elaborado pelo INCRA (2001).

Segundo informações do Caderno Geoambiental da Região Sudoeste (2010), baseado na classificação de Köppen, o clima é tropical úmido, sendo que os meses mais secos ocorrem entre junho e novembro. No verão, as temperaturas variam de 20°C a 38°C, e são considerados os meses mais chuvosos do ano, chegando a uma precipitação anual que varia entre 1.200 e 1.500mm anuais, caracterizando o clima tropical úmido.

De acordo com dados do IBGE (2008), o relevo do Município está localizado em duas grandes divisões: Depressão dos Altos Rios Paraguai/Guaporé e os Planaltos e Serras dos Altos Rios Paraguai/Guaporé. A Depressão do Alto Paraguai-Guaporé é uma superfície caracterizada pelo predomínio das rochas sedimentares e os Planaltos e Serras do Alto Paraguai ocupam uma área de rochas cristalinas e rochas sedimentares antigas, que se concentram ao norte e ao sul da grande planície do Pantanal.

No Município de Jardim, a área inserida no compartimento das serras é caracterizada pela Serra da Bodoquena, que possui ao longo de toda a sua feição altitudes que chegam a 800 metros e, no município, chegam a aproximadamente 650 metros.



Mapa 3: Relevo do Município de Jardim/MS.

Fonte: Plano Diretor Participativo de Jardim (2011).

O restante do Município encontra-se na Depressão do Alto Rio Paraguai/Guaporé, e é caracterizada por áreas de relevo plano e suave ondulado, região onde está inserido o Assentamento Guardinha que apresenta relevo que varia de plano ao suave ondulado, ainda de acordo com o Plano de Desenvolvimento de Assentamento (2001).

Ainda de acordo com o Caderno Geoambiental da Região Sudoeste (2010), o Município de Jardim conta com rica bacia hidrografia, sua área é banhada por vários rios, sendo o principal o

Rio Miranda, que faz divisa entre os Municípios de Jardim e Guia Lopes da Laguna, banhando ambas as cidades e abastecendo a cidade de Jardim. Além do Rio Miranda o Município conta com outros importantes rios como o Perdido, da Prata, Roncador, dos Velhos e Verde, além de córregos, como o Córrego Guardinha e nascentes que estão inseridas na bacia hidrográfica do Paraguai e a sub-bacia do Miranda (com 542 km de extensão).

Em se tratando de um Município formado de rochas de origem calcária em muitos pontos do Município, faz com que a região tenha uma formação considerável de nascentes de águas cristalinas e transparentes, dando origem a diversos rios como Prata, Sucuri e Formoso, cuja característica mais marcante é a transparência de suas águas, indicativo da alta alcalinidade de suas águas e importante atrativo turístico do município.

Afluente pela margem direita do rio Apa, na fronteira entre Brasil e Paraguai, fazendo limite entre os municípios de Porto Murtinho e Jardim fica o Rio Perdido. O Rio da Prata, afluente pela margem esquerda do rio Miranda, nasce na serra da Bodoquena e faz divisa entre os municípios de Bonito e Jardim; o Rio Roncador é um dos rios dos formadores do rio Miranda, no Município de Jardim, nasce na serra de Maracaju. Por fim, o Rio dos Velhos, afluente do rio Miranda, nasce no município de Jardim e compõe a Bacia do Paraguai. Já o Rio Verde, afluente do rio da Prata, corta o município de Jardim e compõe a Bacia do Paraguai de acordo com o Plano Diretor Participativo de Jardim (2011).

Nos aspectos gerais o Município, apresenta as suas formações vegetais naturais bastante fragmentadas, formando mosaicos remanescentes rodeados por formações campestres nativas e exóticas, interligando as formações ciliares. (Plano Diretor Participativo de Jardim, 2011)

Na região mais acidentada do Município, onde se localiza parte da Serra da Bodoquena, observa-se uma área com pouco uso do desenvolvimento agropecuário e uma área de extensa vegetação preservada. (Plano Diretor Participativo de Jardim, 2011)

Na Região Central, de área plana, observa-se o uso do solo para o desenvolvimento da pecuária e parte de lavouras de soja e milho. Nota-se também a presença dominante da pecuária extensiva nas regiões de relevo suave-ondulado. Dessa forma, tem-se como cobertura vegetal dessa área a pastagem plantada em sua maior parte e fragmentos de Cerrado.

Tendo como uma das principais atividades a pecuária extensiva, o Município tem como características as médias e grandes propriedades, mas há também as propriedades de

pequeno porte onde se pratica a agricultura e pecuária voltada para o pequeno comércio ou de subsistência, como os assentamentos.

De acordo com o Censo Agropecuário (2006), o Município de Jardim possui 220.760 hectares, cerca de 20% de sua área é rural, sendo que a maior parte das fazendas se dedica à criação de gado de corte, e suas extensas pastagens são uma forte característica da paisagem do Município.

Existem também no Município pequenas propriedades rurais aonde são produzidas diversas atividades econômicas, entre essas atividades pode-se citar a pecuária de leite, que visa fornecer leite as cooperativas locais, gado de corte em pequena escala devido ao tamanho dessas propriedades, a agricultura familiar e o pequeno comércio. (Plano Diretor Participativo de Jardim, 2011).

Para a efetivação dessas atividades, deve-se ater à qualidade do solo, às atividades desenvolvidas nesses assentamentos, bem como ao manejo e preparação do solo para que haja, de fato meio de sobrevivência a partir da produção desses assentamentos.

Sobre isso, Fernandes (2009, p 21) afirma que “importância dos solos se faz sentir para os assentados, porque é no solo que a produção será cultivada. Quando não existe a fertilidade natural do solo, é preciso que seja dado um tratamento adequado”. Dessa forma, entende-se como de fundamental importância um olhar criterioso acerca das questões que permeiam a formação dos assentamentos, como as citadas anteriormente.

CAPÍTULO III FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO GUARDINHA

O Assentamento Guardinha localiza-se na BR 060 a 26 km da sede do município de Jardim/MS. Sua ocupação teve início em abril de 2001. Possui uma área de 989,7851 de hectares, tendo como perímetro 12.581,57 Km. Essa área foi dividida em trinta lotes rurais que variam de 19,5133 hectares a 23,5003 hectares e um núcleo rural que ocupa uma área de 3.1289 hectares. Tem, ainda, em sua porção territorial, uma área de estradas de 13,6363 hectares. Sua área de reserva legal é de 268,2860 hectares e sua área de reserva permanente (APP) é de 7,6931 hectares, às margens do rio Guardinha. Faz divisa, a nordeste, com a propriedade do senhor Feliciano Barbosa e de herdeiros de Ermolino Nienkolter, a sudeste e sudoeste com a fazenda Nossa Senhora de Fátima e a noroeste com o Córrego Guardinha (PDA/INCRA, 2001).

De acordo com o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), as famílias que compõe esse assentamento eram residentes dos municípios de Guia Lopes da Laguna e de Jardim. Essas trinta famílias que receberam lotes no assentamento Guardinha faziam parte de um grupo de 244 famílias de trabalhadores rurais sem terra que se organizaram com a finalidade de lutarem pela reforma agrária e no dia 27 de Dezembro de 1997 fizeram sua primeira ocupação na fazenda Morro Azul no município de Nioaque, sendo despejadas pela Polícia Militar de Jardim no dia 16 de Janeiro de 1998, que logo em seguida ocuparam as margens da BR 060.

O Assentamento Guardinha foi criado em 22 de setembro de 2000 e teve como projeto inicial a pecuária de leite. Criado a partir da desapropriação fundiária para fins de Reforma Agrária da antiga Fazenda Nossa Senhora Auxiliadora, de propriedade do senhor Francisco Paludetto, antigo pecuarista morador na cidade de Jardim. Foi dividida em 30 lotes entregues a trinta famílias que faziam parte de um grupo cadastrado no INCRA¹.

A aquisição de áreas pelo INCRA ocorre por meio de desapropriação, compra direta para implantação de assentamentos de trabalhadores rurais ou por meios não onerosos, como a destinação de terras públicas e o reconhecimento de territórios (INCRA, 2010 a).

¹ Segundo informações coletadas em entrevista realizada no dia 11 de outubro de 2013 com o senhor Valmir Batista Mendes, presidente da Associação de Moradores na gestão 2003/2004, durante Pesquisa de Campo.

A desapropriação de terras para fins da reforma agrária não visa somente à redistribuição de terras, visa também proporcionar aos trabalhadores rurais sem terra melhores condições de vida, como acesso a educação, lazer, saúde, alimentação entre outros benefícios assegurados à vida humana.

Nesse sentido, Graziano (1990, p. 93) afirma que “a reforma agrária é para os trabalhadores rurais uma estratégia para romper o monopólio da terra e permitir que possam se apropriar um dia dos frutos do seu próprio trabalho”.

Assim considera-se como modalidade inicial desse Assentamento o cooperativismo com seu desenvolvimento econômico voltado para a pecuária de leite e a agricultura familiar.

Esse pressuposto vai ao encontro das declarações prestadas pelo assentado morador do Assentamento e ex-presidente da associação do assentamento Guardinha que informou que, pela proposta do INCRA, o projeto original do Assentamento visava à criação de uma cooperativa de produção de leite para atender ao mercado regional, visando à melhoria nas condições de vida dos assentados.

Para tanto, os assentados receberam uma série de benefícios, através do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF), como a concessão de um empréstimo de R\$ 12.000,00, a ser pago após 3 anos de carência, com descontos de 40% para pagamentos efetuados sem mora. Desse valor, previa-se a destinação de 50% para aquisição do gado leiteiro, e 50% para a construção de benfeitorias na propriedade e outras infraestruturas indispensáveis à produção e produtos necessários à formação das pastagens, como o adubo orgânico e calcário.

Além desses incentivos, os assentados receberam apoio logístico onde contavam com maquinários, pagos por horas trabalhadas, a preços subsidiados, em torno de R\$ 45,00, contra os R\$ 110,00 pagos em média pelo mesmo serviço quando contratados para realizarem serviços particulares.²

Esse apoio foi prestado por parte da Prefeitura Municipal de Jardim, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico. O entrevistado confirmou que na época da distribuição dos lotes havia à disposição dos assentados quatro tratores com grades para o preparo do solo para a plantação de pastagens, uma máquina de esteira e uma patrôla para

² De acordo com informações prestadas pelo advogado e também pecuarista Ítalo Francisco Stefanini.

abertura e conservação de estradas e um caminhão caçamba para o transporte de insumos. Posteriormente, foi adquirida pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Jardim uma máquina retroescavadeira para abertura de tanques e açudes para dessedentação do gado e piscicultura.

Evidentemente esses incentivos, sejam de origem Federal, Estadual ou Municipal, revelam um fator extremamente essencial aos assentados para que possam produzir em seus lotes. Mas igualmente importantes são as ações sociais, tais como melhoria na saúde, acesso ao lazer e à educação, entre outros.

Nessa perspectiva, Fernandes (2009, p 22) diz:

Para que a Reforma Agrária venha a se concretizar realmente, é necessário também que sejam desenvolvidas ações não apenas de caráter produtivo, mas também social. Faz-se mister que sejam implementadas atividades de redução do índice de analfabetismo, melhoria nas condições de saúde, acesso ao lazer, maiores cuidados ambientais e maior assistência técnica como mecanismo para aumentar a capacidade produtiva e, por conseguinte, uma maior geração de renda.. (FERNANDES, 2009, p 22)

No início de sua ocupação, o Assentamento Gardinha carecia de toda infraestrutura, com total ausência de abastecimento de água ou energia elétrica, melhorias que só chegaram a partir de 2004, na gestão do ex-presidente da comunidade, senhor Valmir, junto ao poder público municipal, conforme declarado pelo mesmo. Com a instalação da rede elétrica, a atividade leiteira teve um ganho considerável em qualidade, posto que, a partir daí, puderam ser adquiridas melhorias como o tanque de resfriamento de leite, que garante maior sobrevida ao produto e diminui consideravelmente as perdas. Há duas dessas unidades no Assentamento, sendo uma adquirida pela associação dos moradores, com capacidade de armazenamento de 2.000 litros, e que se encontra inoperante que de acordo com informações prestadas por um dos assentados, o motivo de se encontrar inoperante é que o tanque estragou e faltaram recursos para arrumar.

O outro tanque foi adquirido com recursos próprios, do senhor Valmir, com capacidade de 1000 litros de armazenamento, esse tanque se encontra em sua propriedade e é de uso próprio (Foto 3).



Foto 3: Resfriador de Leite com Capacidade de 1.000 litros.

Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

A energia elétrica é subsidiada pelo Governo Federal, através do programa Luz no Campo. Os fornecimentos de água provem de um poço artesiano e posterior interligação às diversas unidades produtivas, serviço executado, segundo informação dos moradores, pela Fundação Nacional de Saúde (FUNASA).

As casas construídas no Assentamento são todas de alvenaria e pode-se constatar que 20% aproximadamente se encontram em estado de total abandono, uma vez que muitos assentados já não moram mais no assentamento, desconsiderando dessa forma o que diz no Estatuto da Terra, que segundo Fernandes (2009, p. 18) a Reforma Agrária visa à permanência do assentado na parcela de terra a que lhe couber. As outras casas, entretanto, apresentam bom padrão imobiliário, com cobertura de telha cerâmica, piso cerâmico e pintura recente.

Com o intuito de melhorar a renda familiar, em 2004, algumas moradoras fundaram o Clube de Mães, onde desenvolviam trabalhos artesanais que, posteriormente, eram vendidos em Jardim e a renda distribuída entre as integrantes do clube. Essa iniciativa, conforme relata a agente de saúde do local, foi aos poucos abandonada, até extinguir-se totalmente cerca de 2 anos após o seu início, por desinteresse das mulheres moradoras do assentamento que não compareciam nas reuniões.

De acordo com Oliveira (2007, p,69):

Assim, a reforma agrária é compreendida como um amplo conjunto de mudanças profundas em todos os aspectos da estrutura agrária de uma região ou de um país, visando alcançar melhorias nas condições sociais, econômicas e políticas das comunidades rurais.

Embora o universo de amostragem, mostra que nove pessoas tenham respondido que tem na produção leiteira a principal atividade desenvolvida na propriedade, o que se constatou na pesquisa de campo e entrevistas com moradores e por um registro fotográfico em ocasião de pesquisa a campo que ajudou na constatação da presença expressiva de gado branco (nelore de corte), comprovando que a pecuária de corte é a principal atividade desenvolvida nesse assentamento, desvirtuando de seu projeto original que era a pecuária de leite.



Foto 4: Gado Branco (nelore) de Corte ao Fundo.

Fonte: Pesquisa de Campo, (2013).

Esse fato não seria problema se as famílias assentadas contassem com maior número por hectare de terras em suas propriedades, tendo em vista que a criação de gado de corte para obter lucro teria que aumentar o número de animais criados e, dessa forma aumentar a formação de pastagens, o que daria um aumento de despesas de aproximadamente três vezes mais do que seria gasto com a criação de gado de leite, visto que para obter lucro com essa atividade seria necessário menos da metade de animais criados para o corte³.

Também se apurou que um número considerável de assentados deixou as atividades iniciais de pecuária de leite e produção de alimentos para a subsistência. A justificativa para isto se dá na falta de habilidade para trabalhar na terra; o que os conduziu ao arrendamento

³ De acordo com as informações prestadas pelo advogado e também pecuarista Ítalo Francisco Stefanini.

dos lotes para terceiros, não por falta de incentivos financeiros, desvirtuando o propósito do projeto de assentamento, que é a de manter o homem no campo e propiciar-lhe condições de tirar dele seu sustento.

Cerca de 40% dos assentados ainda mantêm atividades nos lotes, entre dez e doze assentados residem na propriedade. Os demais moram nos municípios vizinhos, como Jardim, Guia Lopes da Laguna e Bela Vista. Fato que nos leva a questionar se realmente houve reforma agrária ou simplesmente distribuição de terras, visando à política que não corresponde à finalidade principal da Reforma Agrária, que é a de produção na terra e o assentamento de trabalhadores rurais sem terra. Isso se confirma pelo próprio Estatuto da Terra que tem como exigência a permanência do contemplado junto com sua família no campo. Sobre essa questão Fernandes (2009, p 18) afirma que compete ao assentado: “[...] comprometer-se em morar com sua família na parcela de terra que lhe caberá; não ter sido ainda contemplado no programa de Reforma Agrária”.

A não permanência dos assentados em seus lotes se torna um assunto preocupante, tendo em vista que toda essa luta pela reforma agrária visa não somente a distribuição de terras, mas também melhores condições de vida social e econômica, como já foram mencionadas. Dessa maneira, entende-se que se o trabalhador rural não trabalhar em suas terras, dificilmente se chegará, de fato, à realização da reforma agrária.

Sob essa perspectiva, Oliveira (2007, p. 68) diz que:

A reforma agrária constitui-se, portanto, em um conjunto de ações governamentais realizadas pelos países capitalistas visando modificar a estrutura fundiária de uma região ou de um país todo. Ela é feita através de mudanças na distribuição da propriedade e ou posse da terra e da renda com vista a assegurar melhorias nos ganhos sociais, políticos, culturais, técnicos, econômicos (crescimento da produção agrícola) e de reordenação do território.

Dessa maneira, entende-se que seja necessária a permanência do trabalhador rural em sua propriedade e da mesma maneira venha produzir para que essas metas governamentais sejam atingidas e haja, de fato, uma mudança no setor econômico e social desses trabalhadores.

Esse fato nos leva a questionar se houve, nesse caso, atendimento por parte das famílias assentadas, com o que está estabelecido no Estatuto da Terra, de morarem em seus lotes a fim de produzir e retirar dele seu sustento, tendo em vista que cerca de 40% dos assentados que receberam seus lotes em ocasião da formação do assentamento não moram mais nas

propriedades que a eles foi entregue pelo INCRA, arrendando suas terras a terceiros e, como já foi dito anteriormente, e indo morar nos municípios vizinhos.

CAPÍTULO IV METODOLOGIA E ANÁLISE DA PESQUISA

A escolha do Assentamento Gardinha como objeto de pesquisa deveu-se ao fato de que existem no município de Jardim dois assentamentos do INCRA, o Gardinha e o Recanto do Rio Miranda. Dessa forma, acredita ser relevante um estudo referente às atividades desenvolvidas nesse local e seus reflexos socioeconômicos e ambientais para o Município, uma vez que nesse Assentamento são desenvolvidas atividades que vêm ao encontro das realizadas na região. Outro fator relevante à condução dessa pesquisa se dá pelo fato de que o Assentamento comercializa boa parte de sua produção nas cidades de Jardim/MS e Guia Lopes da Laguna/MS.

Para a realização desta pesquisa, definiu-se como objeto de estudo o processo de uso e ocupação no Assentamento Gardinha, bem como seus reflexos socioeconômicos e ambientais. O estudo tem como objetivos específicos: identificar as atividades desenvolvidas no Assentamento Gardinha; identificar o impacto dessas atividades na composição da renda dos assentados; identificar o impacto ambiental causado no local pelas atividades econômicas desenvolvidas no Assentamento; compreender como se deu historicamente a ocupação desse assentamento; e verificar como vivem os assentados.

Os procedimentos adotados na condução da pesquisa foram de coleta de informações junto à Prefeitura Municipal de Jardim e no INCRA, de revisão bibliográfica acerca do histórico da Questão Agrária no Brasil, análise documental, aplicação de questionário semiestruturado a um universo de amostragem composto de dez assentados e entrevistas com moradores, realizadas em outubro do corrente ano. Também foi feita visita a lotes para a constatação das informações prestadas e visita às margens do rio Gardinha para averiguar a conservação de sua Área de Preservação Permanente (APP).

Esta pesquisa divide-se em quatro etapas distintas e integradas. Na primeira etapa deste trabalho foi feito um levantamento bibliográfico de obras pertinentes ao assunto, para o norteamento científico do trabalho apresentado. Na segunda etapa foi realizado levantamento de documentos referentes ao Assentamento junto à Prefeitura Municipal de Jardim, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) na Superintendência Regional de Mato Grosso do Sul.

Na segunda etapa, foi necessário o agendamento de entrevistas junto às Secretarias acima mencionadas, momento em que se teve a oportunidade de fazer o levantamento das informações referente ao Assentamento Guardinha, divulgadas nesta pesquisa em Julho de 2013.

Na terceira etapa ocorreu a coleta de dados, feita a partir de um questionário semiestruturado que é a junção, segundo Rocha e Araújo (2007) de questões fechadas e abertas. Minayo (2004,) *apud* Rocha e Araújo (2007,) considera que o questionário semiestruturado “combina perguntas fechadas (ou estruturadas) e abertas, onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto, sem respostas ou condições prefixadas pelo pesquisador”.

Nessa mesma etapa realizaram-se, ainda, entrevistas diretas com moradores do Assentamento. Essa etapa objetivou compreender, de forma empírica, e através da contribuição dos entrevistados, como se dá a produção e distribuição da renda, bem como o modo de vida dessa comunidade, suas formas de lazer, nível de escolaridade, e o número de obras construídas nesse assentamento.⁴

Outro importante instrumento de pesquisa utilizado foi à pesquisa de campo, na qual através desses instrumentos, foi possível confrontar as informações coletadas. Essa etapa da pesquisa possibilitou conhecer o Assentamento e averiguar algumas informações, como as atividades desenvolvidas no Assentamento, a preservação da sua Área de Preservação Permanente (APP) e sua Reserva Legal (RL). Na quarta etapa, prosseguiu-se à sistematização dos dados coletados, através de técnicas quantitativas, baseando-se nas informações coletadas em ocasião da visita a campo, confrontando ou constatando com as informações prestadas pelos órgãos competentes.

4.1. Análise da Pesquisa

Esta análise busca conhecer o assentamento e averiguar as atividades desenvolvidas e o impacto ambiental causada por tais atividades nesse local. Busca também fazer um relato sobre o modo de vida desses assentados, como por exemplo, saúde, educação, a renda mensal e a

⁴ (Entrevista realizada no dia 11 de outubro de 2013 em ocasião a visita de campo).

disponibilidade que esses assentados têm para trabalhar em suas terras, também a disponibilidade para comercializar seus produtos.

4.1.1. Tipificação do Grupamento Humano do Assentamento Gardinha

O questionário permitiu traçar um perfil socioeconômico dos moradores do Assentamento Gardinha. O instrumento de pesquisa levantou que entre os entrevistados a população predominante no Assentamento é do sexo masculino. Já que dos dez entrevistados 7 são homens e 3 são mulheres, conforme Gráfico 1.

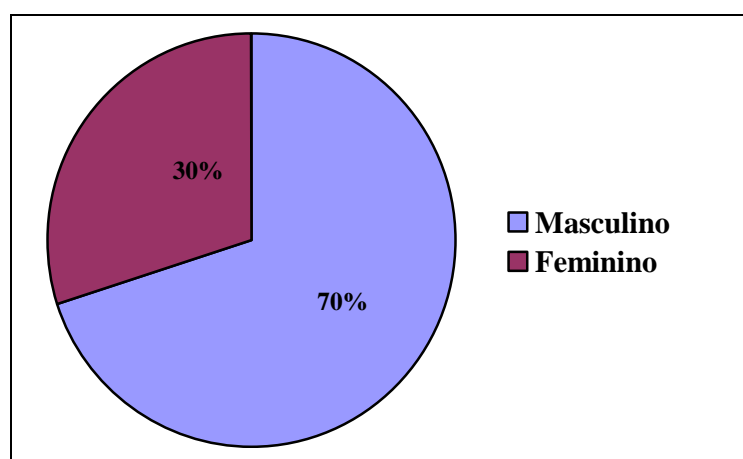


Gráfico 1: Divisão Percentual da população entrevistada residente por sexo.
Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

Entre os entrevistados a população local tem idade entre 34 e 60 anos (Gráfico 2), o que mostra que em relação à idade média de brasileiros atuante no mercado de trabalho, 70% dos assentados entrevistados ainda se encontram em idade produtiva o que torna um fato favorável na produção nesse assentamento.

Dos dez assentados entrevistados, todos declararam que moram no assentamento, passando os sete dias da semana em suas propriedades, justificando que é necessário a sua permanência na propriedade para obter um maior desempenho em suas atividades. Essa declaração mostra que os moradores entrevistados desse assentamento reconhecem a necessidade da permanência em seus lotes para que possam garantir um futuro mais promissor e, por outro lado cumprir com a proposta da reforma agrária que visa à fixação do trabalhador rural em sua propriedade. (FERNANDES, 2009)

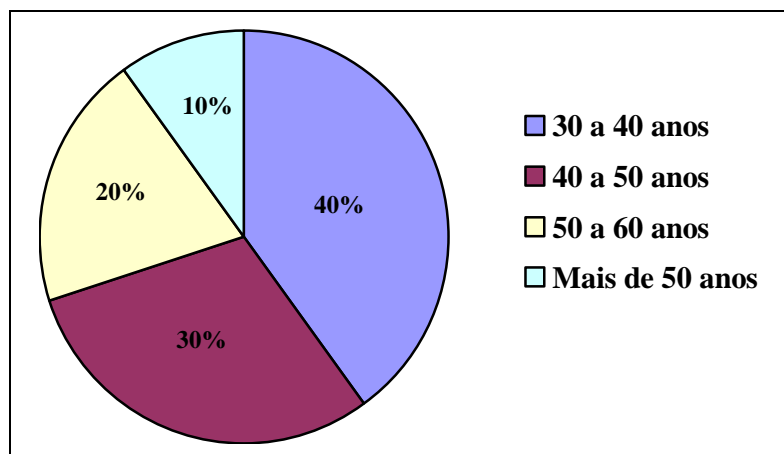


Gráfico 2: Divisão Percentual por Idade dos Entrevistados.

Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

A pesquisa apontou também que 40% dos assentados entrevistados possuem escolaridade entre Ensino Fundamental Completo e 30% possuem Ensino Médio Completo, 20% têm Ensino Fundamental Incompleto e 10% são analfabetos, conforme demonstrado no Gráfico 3. O que mostra que essas pessoas não são desprovidas de educação formal, fato que pode ser considerado como positivo, sendo a educação uma das metas a serem alcançadas pela reforma agrária.

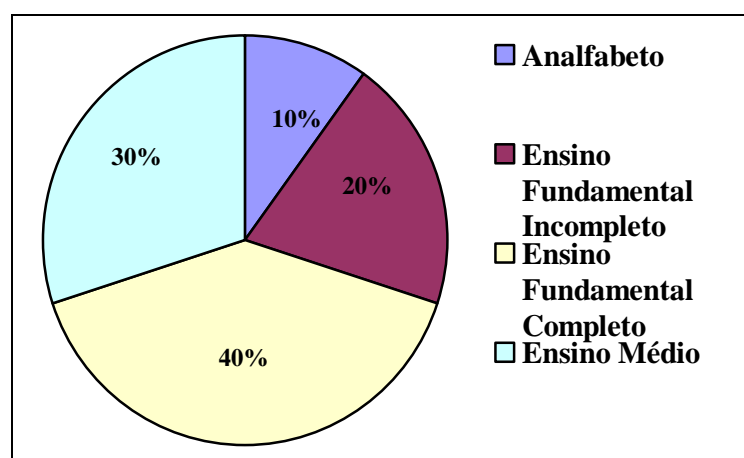


Gráfico 3: Escolaridade Declarada dos Entrevistados.

Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

A renda declarada dos entrevistados varia entre R\$ 300,00 e 1 salário mínimo (salário mínimo atual R\$ 678,00), o que mostra que essas famílias, embora residam no assentamento há 11 anos ainda continuam em condições economicamente abaixo das perspectivas esperadas pela proposta da governamental para a reforma agrária, (Oliveira, 2007). Esse percentual salarial pode ser observado no Gráfico 4. Sobre as perspectivas da renda salarial os assentados se mostram insatisfeitos com o ganho em suas terras, fatos que atribuem à falta de recursos financeiros e a dificuldade encontrada no transporte de suas mercadorias.

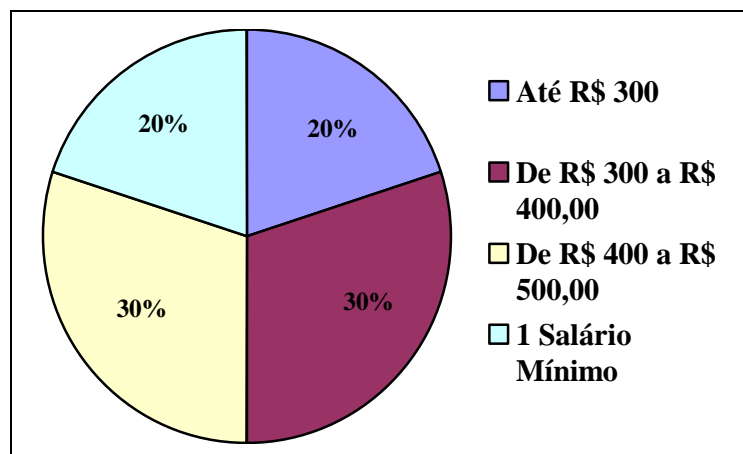


Gráfico 4: Renda Média Declarada dos Entrevistados.

Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

De acordo com os dados obtidos pela ferramenta de pesquisa que consiste em entrevistas com moradores do assentamento e a aplicação de questionário também aplicado a esses assentados em ocasião a pesquisa de campo realizada no dia 11 de outubro de 2013, todos os entrevistados residem no Assentamento.

Sobre a administração do assentamento os entrevistados declararam ser de participação de grupo familiar e que para o desenvolvimento das atividades desenvolvidas no assentamento contaram com financiamentos do Governo Federal.

4.1.2. Infraestrutura e Saúde no Assentamento Gardinha

Junto ao Núcleo Rural, antiga sede da Fazenda Nossa Senhora Auxiliadora (Foto 4), funciona a Unidade de Saúde, criada na gestão do prefeito Evandro Antônio Bazzo, sob a secretaria de saúde do professor Francisco Eugênio. Nessa unidade de saúde atendem todas as quintas-feiras, um clínico geral e um odontólogo, uma enfermeira e, uma vez por mês, uma nutricionista e também a vacinação (Foto 5). Também uma vez por semana é coletado material para análise laboratorial e, em caso de necessidade de intervenção mais específica, o paciente é encaminhado por veículo da Prefeitura até o Centro de Especialidades Médicas, localizado em Jardim/MS.



Foto 5: Núcleo Rural do Assentamento Guardinha.

Fonte: Pesquisa de Campo (2013).



Foto 6: Placa da Inauguração do Consultório Médico do Assentamento.

Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

No mesmo prédio, no período noturno, funciona uma escola de alfabetização de adultos, iniciativa também da Associação dos Moradores e do extinto Clube de Mães. A agente de saúde e também moradora do assentamento relata que as aulas são ministradas por moradores do próprio assentamento, e visa possibilitar que pessoas não alfabetizadas aprendam a ler e escrever, entretanto, não tem reconhecimento dos órgãos oficiais, como Ministério da Educação e Cultura (MEC), portanto, não concede nível escolar aos frequentadores.

A mesma edificação faz também às vezes de centro comunitário, possui uma varanda externa, onde acontecem as reuniões da comunidade (Foto 7). Há também um campo de

futebol na parte externa do núcleo, voltado para as práticas desportivas e de lazer da comunidade.



Foto 7: Pátio junto à Unidade de Saúde.

Fonte: Plano Diretor Participativo de Jardim (2011).

4.1.3. Os Reflexos Socioeconômicos das Atividades Desenvolvidas no Assentamento Gardinha

A pesquisa apurou que a principal atividade econômica desenvolvida no assentamento é a pecuária de corte, seguida da pecuária de leite, mas também se constata a existência de uma agricultura diversificada e de cultivo permanente, como o cultivo da mandioca, da melancia, e hortifruti para a subsistência familiar e pequeno comércio, e criação de pequenos animais, como porcos e galinhas, como se observa nas Fotos 8 e 9.

Sobre as atividades desenvolvidas nos assentamentos Bergamasco e Salles⁵ (1995) afirmam que “reputava-se a estes assentados a dupla missão de se tornarem agricultores e firmarem-se enquanto tal, bem como produzir alimentos básicos de preferência para atender a uma população de baixa renda nos centros consumidores”.

⁵ Artigo publicado na Revista Cadernos de Debate, uma publicação do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação da UNICAMP, Vol. III, pág. 1 -13.1995.



Foto 8: Plantação de Melancia.
Fonte: Pesquisa de Campo (2013).



Foto 9: Animais Criados para Consumo nas Propriedades.
Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

Seguindo então o padrão estabelecido pelo INCRA (2011) para os assentamentos, sobre isso os autores afirmam:

A produção de alimentos básicos no Brasil esteve associada à pequena agricultura familiar. Isto, de certa forma, estabeleceu um paradigma para os assentamentos rurais implementados por diferentes governos estadual e federal nos últimos anos, seja pela própria expectativa dos técnicos responsáveis pelos assentamentos seja, pelo menos num primeiro momento, pelos próprios assentados.

Tem-se também o cultivo de eucaliptos, tanto para extração de madeira para uso próprio, como confecção de cerca, extração de lenha e de acordo com os moradores locais, visam no futuro à comercialização, tendo em vista a produção de celulose e desdobramento de madeira para uso industrial, como se pode ver na Foto 10.



Foto 10: Plantação de eucalipto.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

De acordo com informações prestadas pelo senhor Hélio Pereira da Rocha, funcionário do INCRA, no dia 22 de outubro de 2013, declara que no início da formação do assentamento foram ministrados vários cursos de capacitação de mão de obra com esses assentados, como inseminação artificial, associativismo, aproveitamento de leite, para um melhor desempenho em suas atividades, frutos de parcerias entre SENAI, FETAGRI e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jardim. Hoje os assentados contam com técnicas de plantio, como o plantio na curva de nível, gotejamento, entre outros, e formação de pastagens com a constante correção do solo.

O trabalho de campo pôde-se constatar que os moradores possuem conhecimento aprofundado de determinadas técnicas, como a inseminação artificial, o plantio em curva de nível e a irrigação por gotejamento, todas, técnicas empregadas nos lotes do assentamento. A pesquisa não apurou se os assentados frequentaram algum curso ou treinamento de capacitação por conta e ônus próprios considera-se que, de fato, houve alguma capacitação técnica.

Os bovinos são criados de forma extensiva, em pastagens do gênero *Brachiaria* e com utilização de suplementação à base de sal (mineral e comum). Todo o rebanho é vacinado regularmente, o que implica baixa mortalidade e alta natalidade, de acordo com dados levantados nessa pesquisa. Pode-se afirmar que, de modo geral, o rebanho apresenta taxa de

natalidade de 80%, sendo que somente 6% morrem ainda bezerros e 3% depois de adulto e o descarte anual das vacas⁶ é de 10%, como se pode observar no Gráfico 5.

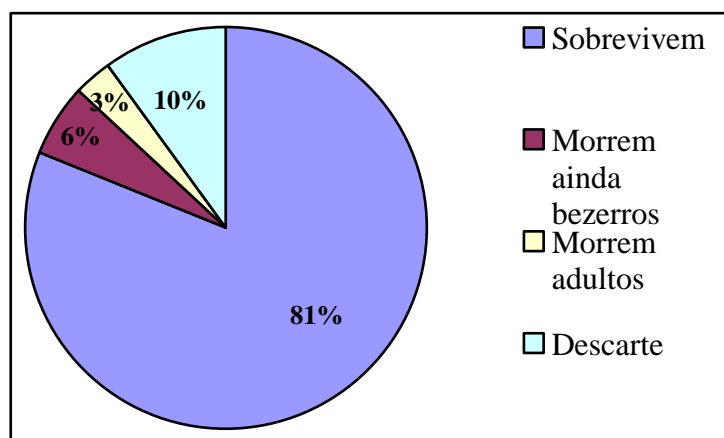


Gráfico 5: Percentual de Nascimento e Morte de Gado.

Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

Como a maior parte dos assentados cultiva gado de corte, os bezerros machos são vendidos logo após o desmame, isso porque o espaço de pastagens é muito limitado, devido ao tamanho dos lotes e também pelo fato de não possuírem recursos para a criação desses animais, conforme relatado pelo senhor Valmir.

A produção de leite, segunda atividade mais desenvolvida no assentamento, e que mantém o projeto inicial, é de acordo com o mesmo informante, a mais rentável. Sua produção é, na maior parte, fornecida a uma cooperativa, a COOPSAF⁷ (Cooperativa de Produção a Serviço da Agricultura Familiar), outra parte vendida na cidade de Jardim entregue as sorveterias e outra parte fica para o sustento familiar, tendo também a produção de muçarela, que é vendida nos comércios da cidade de Jardim.

Em entrevista com o senhor Valmir Batista Mendes, este informou que, atualmente, mais da metade dos assentados se desligou do propósito original do assentamento. Segundo ele, dos trinta assentados, entre oito e dez ainda permanecem ligados à produção leiteira, dentre eles, o próprio informante. Para o entrevistado, com a fixação no assentamento, ele e sua família tiveram considerável ganho em qualidade de vida, pois sua renda média cresceu consideravelmente e, com isso, ele pôde pagar em dia as parcelas do empréstimo original e adquirir bens e utilitários, como um resfriador de leite e veículos, empregados nas atividades da

⁶ Descarte de vacas se refere ao abate de reses, em geral leiteiras ou parideiras, consideradas velhas para a função, segundo informação do senhor Ítalo Francisco Stefanini, advogado e pecuarista, em 06.11.2013.

⁷ Cooperativa de Produção a Serviço da Agricultura Familiar.

propriedade. Durante a entrevista, para corroborar suas afirmações, ele apresentou dois veículos utilitários adquiridos já com a renda do assentamento, sendo um bastante novo, comprado no ano passado, e outro mais usado, mas em bom estado, o entrevistado atribui essas conquistas ao fato ter sempre morado no campo, desenvolvendo atividades rurais.

Outros moradores não se mostram igualmente otimistas com relação à situação no assentamento, pois 80% dos entrevistados afirmam encontrar dificuldades para expandir suas atividades, pois recebem pouco, ou nenhum incentivo oficial. A falta de estrutura de transporte também é apontada por metade dos entrevistados como um problema enfrentado para a expansão da produção, já que nem todas as famílias de assentados possuem veículos para transportar a produção para os mercados próximos, o que acarreta perdas significativas.

4.1.4. O Uso do Solo e Seu Impacto Ambiental

Toda atividade humana sobre o solo produz impactos em maior ou menor proporção (ARAÚJO, 2005, p. 9). No Assentamento Guardinha essa realidade tende a se reproduzir. A prática agropastoril empobrece o solo, pois dele retira os nutrientes necessários ao seu desenvolvimento. Esse fato é confirmado pela afirmação dos entrevistados de que há necessidade de correção periódica do solo, pois o mesmo, com o uso, tornam-se mais ácido e mais fraco à medida que as plantações se repetem, sobretudo, se não há rodízio de cultura, exigindo aplicação de calcário, para correção da acidez, e de fertilizantes de base nitrogenada ou adubos orgânicos, para a recuperação da capacidade nutricional. (LOPES *et al*, 1991)

A atividade pecuária, por sua vez, à medida que o gado se movimenta, vai compactando o solo, tornando-o impróprio para as atividades ali desenvolvidas. Para recuperar as características físicas ideais do solo, faz-se necessário o uso de técnicas como a aragem, que revolve a terra, tornando-a novamente “fofa” e aerada. (MARCHÃO *et al*, 2009)

Sob esse aspecto, há de se observar que os assentados são cientes da necessidade de manutenção do solo através da aplicação de técnicas corretas de manejo, como as descritas anteriormente, até como forma de baratear a produção, uma vez que, agindo assim, diminuem a necessidade de aquisição de insumos agrícolas para fazer a terra produzir.

Outra necessidade que se apurou através do questionário é o uso de fertilizantes na correção do solo, pois de acordo com os entrevistados, o solo nesse assentamento apresenta um nível de PH muito fraco.

Entretanto, constata-se, através do questionário, a existência de um grave problema ambiental. Em relação ao destino final das embalagens vazias de agrotóxicos e fertilizantes, a população local declara que são descartadas no quintal de suas residências e posteriormente queimadas pelos moradores do assentamento. Essa atitude demonstra que, futuramente, essa atitude poderá causar sérios danos ao meio ambiente, como a contaminação do solo e do lençol freático e das águas do Córrego Guardinha, causando poluição, não só local, como em proporção de toda a Bacia em que este córrego está inserido, levando em consideração que o referido córrego faz parte da Bacia Hidrográfica do Rio Paraguai/Sub-Bacia do Rio Miranda.

Em referência às atenções ambientais previstos em Lei, nota-se que área de Reserva Legal (RL), que corresponde a 20% da área total do Assentamento encontra-se preservada, o mesmo aplicando-se à Área de Preservação Permanente (APP), embora se possa perceber ligeira degradação ambiental nessa área pelo pisoteio de animais e a própria ação humana.

A Reserva Legal (RL) é delimitada por quatro lotes e estradas internas e externas do assentamento e propriedades vizinhas. Ela é formada por área contínua de vegetação nativa do tipo Savana Arbórea Aberta e Savana Arbórea Densa. Já a Área de Preservação Permanente (APP) ocupa uma área de 7,6951 hectares e corresponde à linha de encosta do córrego Guardinha (Foto 10), tendo como vegetação nativa o tipo caracterizado como Savana Gramíneo- Lenhosa, mostrando em algumas áreas a vegetação esta um pouco prejudicada.



Foto 11: Área de Preservação Permanente do Córrego Guardinha.
Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

A Área de Reserva Legal não é cercada, já em sua Área de Preservação Permanente pode-se notar a presença de uma cerca bem próxima ao córrego Gardinha e existe um corredor entre os lotes 26 e 27, que serve de acesso para outras fazendas e que passa por dentro do córrego Gardinha passando por dentro de sua APP. Assim, faz-se necessário um constante monitoramento para garantia de sua integridade, atividade realizada pelo INCRA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os objetivos proposto nessa pesquisa, podemos considerar que as atividades desenvolvidas no assentamento Gardinha não diferem das atividades desenvolvidas na área rural do município de Jardim, tendo em vista que de acordo com informações prestadas pelo senhor Valmir, e constatada em ocasião da visita a campo, momento em que se pode confirmar a predominância de gado da raça nelore, considerado gado de corte, nesse assentamento, sendo a criação de gado de corte a atividade mais desenvolvida pelos moradores do assentamento Gardinha, fato esse que comprova que o assentamento desviou-se de sua proposta original. A opção dos moradores na criação de gado de corte acarretou negativamente na renda dos assentados, levando em consideração a renda declarada pelos moradores desse assentamento, em resposta ao questionário aplicado em ocasião à visita de campo.

Para a criação de gado de corte seria necessário que os assentados dispusessem de maior numero de hectare por lote, tendo em vista que para essa atividade se tornar rentável seria necessário um maior número de animais, enquanto que para criação e produção de leite, 19 hectares de terra seriam suficientes. Outro fato é que, de acordo com a renda declarada pelos assentados, eles dispõem de pouca ou quase nada para investir nesse tipo de atividade (pecuária de corte), que de acordo com informações prestadas pelo advogado e pecuarista Ítalo Francisco Stefanini, a atividade desenvolvida na pecuária de corte exige alto investimento financeiro além de espaço para a criação.

Porém, observa nesse assentamento, em menor proporção a criação de gado leiteiro e o cultivo de pequena agricultura voltada à subsistência familiar e pequeno comércio e em 70% dos lotes a plantação de eucaliptos, que de acordo com os moradores é para consumo próprio, como aproveitamento para a lenha, extração da madeira para fazer cerca e ainda futuramente para o comércio.

Outro fato que trouxe aspectos negativos ao Assentamento Gardinha, com relação a sua economia foi à dificuldade encontrada pelos trabalhadores para comercializar sua produção, uma vez que nem todos os moradores possuem veículos, o que dificulta o transporte da mercadoria para o comércio local.

Por outro lado, pode-se notar que os assentados que continuaram no projeto inicial, pecuária de leite, declaram que esse tipo de atividade está dando certo, de acordo com seu

Valmir com a renda obtida em suas terras ele adquiriu algumas benfeitorias para o desenvolvimento de suas atividades, como é o caso do resfriador de leite, e automóveis que usam para transporte de sua produção para o comércio local, bens esses adquiridos já com a renda obtida depois que foi assentado.

Outro fato que chamou a atenção foi que apesar de que os assentados se mostrarem cientes de um manejo adequado do solo para desenvolver suas atividades, mostram pouca preocupação em relação ao descarte das embalagens vazias de insumos agrícolas, fato que se confirmou na pesquisa de campo, já que os moradores do assentamento dizem jogar e queimar essas embalagens em seus lotes, essa ação pode trazer sérios danos ao meio ambiente e ao solo, bem como contaminar as águas do córrego Guardinha e conseqüentemente toda a Bacia Hidrográfica.

Embora essa área apresente em sua formação geomorfológica, alto teor de acidez, e precise constantemente ser submetida à correção do solo com insumos agrícolas, essa área é mais indicada para o desenvolvimento das atividades pecuárias, já que apresenta em sua formação, relevo suave-ondulado (3-8% de declive) e plano (0-3% de declive), o que confirma sua vocação para as práticas agropecuárias, como consta no Plano de Desenvolvimento de Assentamento (PDA), elaborado pelo INCRA (2001).

Outro fato preocupante é que, embora exista uma cerca na área de preservação permanente, junto ao córrego Guardinha, essa cerca está em grande parte do córrego derrubada, isso faz com que os animais entrem nessa área para dessedentação, o que acarreta pisoteio nessa área, desmoronando o barranco do córrego e devastando a paisagem da Área de Preservação Permanente, dessa forma é necessário que o INCRA esteja sempre no local averiguando a área, para que a mesma possa ser conservada.

No aspecto geomorfológico, o solo dessa região precisa ser constantemente submetido à correção com fertilizantes devido à baixa acidez encontrada nos solos em quase toda a extensão da área do assentamento, sendo essa área indicada à pecuária.

O Assentamento Guardinha, apesar de receber apoio Federal, Estadual e Municipal, segundo informaram o INCRA e o senhor Valmir Mendes, morador do assentamento, o assentamento não está de acordo com o propósito da Reforma Agrária, que é inserir o trabalhador rural no campo com o intuito de acabar com a miséria e a fome no país, pois muitos dos assentados não permaneceram em seus lotes, arrendando suas propriedades a terceiros.

Percebe-se que, nesse caso, as famílias que residem nesse assentamento enfrentam muita dificuldade para desenvolver suas atividades, devido ao fato de que não têm meios de transporte de suas mercadorias para a cidade e não possuem recursos para investir em suas propriedades, isso se verifica pela renda declarada desses assentados. Esse fato revela que mesmo trabalhando em suas terras, a população ainda vive em condições precárias.

No que se refere à cidade de Jardim/MS, podemos dizer que a parcela de contribuição no desenvolvimento econômica é mínima, uma vez que a maior parte do leite retirado nesse assentamento é destinada a uma cooperativa que se localiza na cidade de Guia Lopes da Laguna. Embora tenha sido apurado que apenas 6% de criação bovina morrem ainda bezerros e que 3% morrem adultos, e 80% sobrevivem, falta recurso financeiro para o assentado expandir sua produção. Dessa forma, conclui que em área de pequena extensão, como é o caso do Assentamento Guardinha, o mais viável parece ser mesmo a pecuária de leite, já que essa atividade requer menor espaço por exigir um menor número de animal.

Na área de assistência social, conclui-se que a população conta com a assistência básica de saúde disponível no SUS (Sistema Único de Saúde), oferecido pelo Município de Jardim/MS. E em nível de escolaridade conclui que apenas 10% são analfabetos, o restante da população sabe ler e escrever.

O estudo buscou responder aos objetivos propostos, ao longo do seu desenvolvimento, quais foram: identificar as atividades desenvolvidas no Assentamento Guardinha e o impacto dessas atividades na composição da renda dos assentados e o impacto ambiental causado no local; compreender como se deu historicamente a ocupação desse assentamento; verificar como vivem os assentados; apontar dados sobre a produção local e a composição da renda através da análise dos dados do uso e ocupação do solo; e do reconhecimento literário da geomorfologia da região e sua influência sobre a produção local.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Luciane Ponzio da Silva. **Avaliação qualitativa dos impactos ambientais em plantios florestais sob diferentes usos da floresta**. Uberlândia: 2005. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia. 2005.

BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira; SALLES, Luiz Antônio Cabello. **O que são assentamentos rurais?** São Paulo: Brasiliense, 1995.

BRASIL. Estatuto da Terra, 1967.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Agropecuário**, 2006.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento**: Dezembro, 2001.

_____. Instituto de Metrologia – INMET, 2008. <http://www.inmet.gov.br>. Acesso em junho de 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A questão agrária no linear do século XXI**. In: 15º Encontro Nacional de Geografia Agrária. Goiânia, 02 a 05 de dezembro de 2009 Anais. CD-Rom.

GRAZIANO, José da Silva. **O que é Questão Agrária**. 16ª edição. Editora Brasiliense (1990).

JARDIM/MS - **Plano Diretor Participativo de Jardim**, 2011.

LACERDA FILHO *et al.* **Geologia e recursos minerais de Mato Grosso do Sul**. Programa Integração, Atualização e Difusão de Dados da Geologia do Brasil. Campo Grande: 2006.

LEPSCH, Igo F. **Formação e conservação dos solos**. São Paulo: Oficina de Textos, 2002.

LOPES *et al.* **Boletim técnico nº 1 de acidez do solo e calagem**. São Paulo, 1991. Disponível em www.dnpm.gov.br. Acesso em 28.10.2013.

MARCHÃO, Robélio Leandro *et al.* **Impacto do pisoteio animal na compactação do solo sob integração lavoura-pecuária no oeste baiano**. Planaltina-DF: Embrapa Cerrados. ISSN 1517-1469, ISS online 2176 5073. www.cpac.embrapa.br/download/1496. Acesso em 06.11.13.

MATO GROSSO DO SUL. **Caderno Geoambiental da Região Sudoeste**. 2010.

_____. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Cultura - SEMAC, 2011/2012.

_____. Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE, 2002.

MOREIRA, Rui. **Formação do Espaço Agrário Brasileiro**. São Paulo: ed. Brasiliense, 1990.

MUNICÍPIO DE JARDIM. <http://www.jardim.ms.gov.br>. Acesso em junho de 2013.

NETO, Firmino de Oliveira; BATISTA, Luiz Carlos. **Espaço e Natureza: a produção do espaço sul-mato-grossense**. Campo Grande/Mato Grosso do Sul: ed. UFMS, 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

ROCHA, Maria Meriane Vieira; ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. **Competência informacional e atuação do profissional da informação – bibliotecário**. Salvador: 2007. VIII ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação 28 a 31 de outubro de 2007. <http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT6--028.pdf>. Acesso em 06.11.2013.

SOQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Silvério. **Território, territorialidade e desenvolvimento: diferentes perspectivas no nível internacional e no Brasil**. In: Desenvolvimento territorial e agroecologia. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Manual de Normatização Documentária**, Outubro de 2011.

VEIGA, José Eli. **O que é Reforma Agrária**. 10ª edição, 1986, editora brasiliense.

APÊNDICE

1 – QUESTIONÁRIO SEMI-ESTRUTURADO

Este questionário destina-se a coleta de dados sobre o Assentamento Guardinha, objeto de estudo do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da acadêmica Marilda Siqueira Caramalack, aluna regularmente matriculada na instituição de ensino superior Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Eva Faustino da Fonseca de Moura Barbosa.

1 - Escolaridade:

- Sem escolaridade
- Fundamental
- Ensino Médio
- Ensino Superior
- Curso Técnico

2. Idade**3. Gênero**

- Masculino Feminino

4. Há quanto tempo reside no assentamento?**5. Sobre a administração do assentamento, como é desenvolvida?**

- Grupo familiar
- Cooperativa
- Participação limitada

6. Qual a renda média familiar?

7. O entrevistado mora na propriedade rural?

- Sim Não

8. Quanto dia da semana passa na propriedade rural?

9. Quais as atividades desenvolvidas na propriedade?

- Agricultura
- Pecuária
- Outros (especifique)

10. Qual a principal fonte de renda do assentamento?

11. Sobre os recursos investidos nas atividades desenvolvidas, define-se como:

- Próprios
- Financiamento
- Empréstimos
- Outros

12. Os assentados enfrentam algum tipo de dificuldade para manter ou expandir suas atividades?

- Sim Não

Se sim, quais?

13. Quais as perspectiva de preço pago pelos produtos produzidos no assentamento?

Não satisfatória Pouco Satisfatória Satisfatória Muito satisfatória

14. Recebe, ou já recebeu, informações ou orientações técnicas para o melhoramento da produção?

Sim Não

Se sim, quais?

15. Quais as técnicas de plantio utilizadas?

16. Há necessidade de se aplicar fertilizante no solo?

Sim Não

Se sim, com que frequência?

17. É necessária a utilização de agrotóxico no solo?

Sim Não

Se sim, com que frequência?

18. Como é feita a armazenagem de agrotóxicos e fertilizantes?

19. Qual a destinação das embalagens vazias?

20. A empresa que vende se responsabiliza pela destinação das embalagens vazias?

Sim Não

ANEXOS

**1 – Publicação em Diário Oficial do Decreto que Declara a Fazenda Nossa Senhora
Auxiliadora de Interesse Social para fins de Reforma Agrária**

DIÁRIO OFICIAL

SEÇÃO 1

Nº 224 QUARTA-FEIRA, 24, NOV-1999

DECRETO DE 23 DE NOVEMBRO DE 1999.

Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado "Fazenda Nossa Senhora Auxiliadora", situado no Município de Jardim, Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

0627/99

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 184 da Constituição, e nos termos dos arts. 18 e 20 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, 2ª da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e 2ª da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de interesse social, para fins de reforma agrária, nos termos dos arts. 18, letras "a", "b", "c" e "d", e 20, inciso VI, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e 2ª da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, o imóvel rural denominado "Fazenda Nossa Senhora Auxiliadora", com área de novecentos e oitenta hectares, situado no Município de Jardim, objeto da Matrícula nº 1.745, fls. 001, Livro 02, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Jardim, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste Decreto os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas, bem como as benfeitorias existentes no imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata este Decreto, na forma prevista na Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, e a manter a área de Reserva Legal prevista na Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, preferencialmente em gleba única, de forma a conciliar o assentamento com a preservação do meio ambiente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

111ª da República.

Brasília, 23 de novembro de 1999; 178ª da Independência e

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Raul Belas Jungmann Pinto

6-OUT-2000 16:00 DE:

P.:014672511147

P:2

From : INCRA

PHONE No. : 613265657

Oct. 05 2000 9:44AM P02

PORTARIA INCRA/SR-16/MS/Nº 25, de 22 de setembro de 2000.

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria INCRA/P nº 350, de 20 maio de 1994, publicada no D.O.U. do mesmo mês e ano.

CONSIDERANDO a necessidade de encaminhamento visando dar destinação ao imóvel denominado Fazenda Nossa Senhora Auxiliadora, com área de 980,0000 ha, localizado no Município de Jardim, no Estado do Mato Grosso do Sul, desapropriado para fins de Reforma Agrária, através do Decreto de 23 de novembro de 1999, cuja a imissão de posse se deu em 08 de setembro de 2000 e;

CONSIDERANDO que os órgãos técnicos específicos desta Superintendência Regional procederam análise no Processo INCRA/SR-16/MS/Nº 54290.001153/99-16 e decidiram pela regularidade da proposta, de acordo com os atos normativos que regulamentam a matéria, RESOLVE:

I - Aprovar a proposta de destinação, para assentamento de agricultores, do imóvel rural denominado Fazenda Nossa Senhora Auxiliadora, com área de 980,0000 ha, (novecentos e oitenta e oito hectares), localizado no Município de Jardim no Estado do Mato Grosso do Sul que prevê a criação de 36 (trinta e seis) unidades agrícolas familiares;

II - Criar o Projeto de Assentamento GUARDINHA, Código SIPRA MS0097000 a ser implantado e desenvolvido por esta Superintendência Regional, em articulação com a Superintendência Nacional do Desenvolvimento Agrário;

III - Autorizar à Divisão Técnica a promover as modificações e adaptações que, no curso da execução, se fizerem necessárias para a consecução dos objetivos do Projeto;

IV - Determinar à Divisão Técnica que encaminhe cópia deste ato, para a Superintendência Nacional do Desenvolvimento Agrário, para fins de registro, controle, distribuição e publicação do mesmo no Diário Oficial da União;

V - Determinar à Divisão Técnica que comunique aos órgãos de Meio Ambiente, Federal e Estadual, bem como à FUNAI, a criação do presente Projeto; e

VI - Determinar à Divisão de Técnica que registre todas as informações de criação, desenvolvimento e das famílias referentes ao Projeto de Assentamento ora criado, no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - SIPRA.


CELSO CESTARI FINHEIRO
SUPERINTENDENTE REGIONAL
INCRA/MS

| PUBLICAÇÕES | |
|-------------------------|--|
| DOU 192 de 04/10/2000 | |
| Seq 001 - Pág 22 | |
| BS N.º 41 de 04/10/2000 | |


Márcio Ribeiro Fernandes
Executivo Subst. da Unidade Avançada Jardim
Portaria INCRA/SR/MS nº 25/00
Chefe da Coordenação-Geral de
Monitoração e Controle - SDAI